



27ª Reunião Plenária Extraordinária

Dia **26/03/2012** - segunda-feira às **09:00 horas** – UMAPAZ

PAUTA

Expediente:

1. Discussão e votação da Ata da 26ª Reunião Plenária Extraordinária do CADES.
2. Sugestões para inclusão na pauta desta reunião.

Ordem do dia

1. Discussão e Votação do **Parecer Técnico nº. 008/CADES/2012**, da Câmara Técnica de Parcelamento Uso e Ocupação do Solo que analisa o Estudo de Impacto Ambiental da **Operação Urbana Consorciada Água Branca** - pela relatora Regina Barros, Diretora do Departamento de Controle da Qualidade Ambiental - DECONT.
2. Deliberação sobre a Diretriz anual para utilização dos recursos do FEMA e prestação de contas.
3. Apresentação do Projeto de Capacitação de Conselheiros: Território Cidadão – Curso de Formação de Conselheiros Cultura de Paz e Sustentabilidade, pelo representante do Instituto Paulo Freire.
4. Sugestões para inclusão na pauta das próximas reuniões.

Anexos:

- Ata da 26ª Reunião Plenária Extraordinária.
- Parecer Técnico **Parecer Técnico nº. 008/CADES/2012**, da Câmara Técnica de Parcelamento Uso e Ocupação do Solo que analisa o Estudo de Impacto Ambiental da **Operação Urbana Consorciada Água Branca**.

Eduardo Jorge Martins Alves Sobrinho
Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente e
Presidente do Conselho Municipal do Meio Ambiente e
Desenvolvimento Sustentável - CADES

Secretário Eduardo Jorge: Bom dia - 27ª Reunião Plenária Extraordinária. Pauta – Expediente: Discussão e votação da Ata da reunião anterior. Não há quórum. Informe sobre Edital FEMA que dispõe sobre a destinação final e reutilização de embalagens, em consonância à Lei Federal 12.305 de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de resíduos sólidos. Por favor, Helena.



Coordenadora Helena Magozo: Bom dia a todos e a todas. O Edital FEMA de número 9, esta aberto e voltado às entidades privadas sem fins lucrativos. Para o desenvolvimento do objeto do edital, relacionado à Política Nacional de Resíduos Sólidos. As pessoas interessadas podem consultar, na verdade, no site da secretaria você acessa CONFEMA e editais, no caso o Edital FEMA nº 9. Nós temos feito reuniões regionais por toda cidade, nós temos 10 reuniões previstas, em que nós estamos divulgando esse edital, e o interesse é que o maior número de entidades afeitas ao tema, ao objeto, possam participar e enviar projetos .Obrigada.

Secretário Eduardo Jorge: Algum esclarecimento sobre o Edital? Sugestões para inclusão na pauta desta reunião. Não há. Ordem do dia - Discussão e Votação do Parecer Técnico nº. 008/CADES/2012, da Câmara Técnica de Parcelamento Uso e Ocupação do Solo que analisa o Estudo de Impacto Ambiental da Operação Urbana Consorciada Água Branca - pela relatora Regina Barros, Diretora do Departamento de Controle da Qualidade Ambiental – DECONT. Pergunto à Secretaria se já há quórum? Não.Então eu vou suspender a reunião por 10 minutos. Obrigado.

Atingido o quórum, voltamos à sessão. Voltamos no ponto pendente do expediente, que é discussão e votação da Ata da reunião anterior, distribuído para os conselheiros. Alguma objeção, observação? Os que concordarem com a redação preparada da Ata, ficam como estão. **Aprovada.** Voltamos ao item seguinte, que é Ordem do dia, item 1 - Discussão e Votação do Parecer Técnico nº. 008/CADES/2012, da Câmara Técnica de Parcelamento Uso e Ocupação do Solo que analisa o Estudo de Impacto Ambiental da Operação Urbana Consorciada Água Branca - pela relatora Regina Barros, Diretora do Departamento de Controle da Qualidade Ambiental – DECONT. Por favor, Regina. Eu vou passar a palavra à Regina, eu queria somente registrar a presença do Secretário Miguel Luiz Bucalem que está aqui. Então se durante o período de esclarecimentos dos conselheiros, se ele desejar, ele pode nos ajudar nesse processo. Passo a palavra à Regina.

Cons. Regina Luisa: Bom dia a todos. Na verdade, o relator dessa Câmara Técnica foi o geólogo Milton Motta, ele não está aqui. Hoje, ele está representando a Secretaria fora de São Paulo. Quem vai apresentar o parecer é a equipe técnica do DECONT. Eu só vou pontuar algumas coisas, aqui, para vocês. A Operação Urbana Água Branca foi aprovada em 1995, pela Lei 11.774. Esse EIA-RIMA trata de uma revisão do projeto anterior de Operação Urbana, e conseqüentemente de uma revisão dessa lei. O objetivo é adequar essa Operação Urbana à Legislação Federal, Estatuto da Cidade, assim se beneficiar dos instrumentos econômicos,



agora, que o estatuto permite. E a Legislação Municipal, PDE, o Plano Diretor Estratégico. A Operação Urbana prevê melhorias de circulação e mobilidade do sistema de áreas verdes, do parcelamento de grandes glebas vazias, porque o histórico dessa Operação mostrou que com o passar dos anos a vocação da área foi mudando, de comercial e serviços para residencial. E melhorias de qualidade ambiental. O EIA-RIMA foi protocolado no DECONT em 2 de junho de 2010. Foram realizadas 16 reuniões da Câmara Técnica e duas Audiências Públicas. No dia 15 de março o DECONT concluiu o Parecer Técnico, apresentou a Câmara Técnica no dia 20 e (falha no áudio) e o conjunto de condicionantes que está sendo proposto para a aprovação deste EIA-RIMA. O André Pina que foi presidente, ele... Quer tomar a palavra? O André é Presidente da Comissão. Quer colocar alguma coisa?

Cons. André Pina: Bom dia. O trabalho da Comissão, na verdade, foi bem facilitado, porque durante o decorrer do trabalho, a própria SP Urbanismo fez várias alterações para atender as demandas que foram ocorrendo no decorrer das discussões, tanto das entidades civis quanto da sociedade. Houve reuniões entre a própria SP Urbanismo e representantes da sociedade civil. Isso, também, motivou algumas alterações que propiciaram um entendimento maior da Operação. Tanto que a Câmara Técnica chegou a um bom consenso sobre o trabalho realizado. Foi isso que a gente conseguiu apresentar aqui, hoje.

Cons. Regina Luisa: Eu vou pedir para o Eduardo Mendes começar, e eles vão se revezar na apresentação.

Eduardo Mendes - DECONT: Bom dia. A gente vai passar uma breve apresentação do empreendimento e, depois, a leitura das condicionantes da Operação Urbana Consorciada Água Branca. Inicia-se na confluência da Avenida Presidente Castelo Branco com a Rua Professor Joaquim M. de Camargo, segue pela Rua Joaquim M. de Camargo, Avenida Doutor Abraão Ribeiro, Viaduto Pacaembu, Avenida Pacaembu, Rua Paraguaçu, Rua Traipu, Rua Turiaçu, Rua Ministro Godoy, Avenida Francisco Matarazzo, Viaduto Antártica, Avenida Antártica, Rua Turiaçu, Avenida Pompéia, Rua Carlos Vicari, Avenida Santa Marina, Avenida Comendador Martinelli, Avenida Presidente Castelo Branco. O processo histórico de urbanização da área correspondente ao perímetro da Operação Urbana Consorciada Água Branca ao norte da ferrovia, entre a Marginal do Rio Tietê e a linha férrea, foi baseada no desenvolvimento da atividade industrial. A urbanização ao sul da ferrovia, na porção localizada entre a linha férrea e o bairro de Perdizes, caracteriza-se pelo uso predominantemente residencial e um maior adensamento.



Destaca-se na região a grande oferta de transportes públicos, incluindo os transportes sobre trilhos, Linha Vermelha do Metrô, que corta a região no sentido Leste/Oeste. Linha Sete – Rubi e Linha Oito – Diamante, da CTPM. Em 1996 foi aprovada pela Câmara Técnica de Legislação Urbanística – CTLU a primeira proposta de Operação Urbana, qual seja, o Projeto do Centro Empresarial Água Branca, no qual estavam previstas a construção de 13 torres de escritórios e um terreno com área total de 73795 metros quadrados, na Avenida Francisco Matarazzo, entre os Viadutos Antártica e Pompéia. A partir de 2001, com a aprovação do Estatuto das Cidades, Lei Federal 10.257, define-se como um dos instrumentos de políticas urbanas operações urbanas consorciadas. Considera-se Operação Urbana Consorciada o conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo Poder Público Municipal, com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançarem em uma área transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e valorização ambiental. Com a promulgação do Estatuto das Cidades e a definição de Operações Urbanas Consorciadas, criou-se a necessidade de revisão da Operação Urbana Água Branca, para adequá-la aos novos parâmetros, como a gestão compartilhada com a sociedade civil e a possibilidade de utilização dos certificados de potencial adicional de construção, os CEPACs. Caracterização das intervenções propostas. O Plano Urbanístico proposto para a intervenção do perímetro da Operação Urbana foi elaborado baseado em 4 princípios: melhorar as condições de mobilidade para veículos e pedestres no interior da área; reurbanizar a ferrovia, de modo a integrá-la à paisagem; implantar um sistema de áreas verdes associado a um sistema de drenagem, de forma a minimizar os problemas de inundação; recuperar referenciais paisagísticos, como a visão da Serra da Cantareira, Espigão da Avenida Paulista e a Várzea do Rio Tietê. A área de abrangência da Operação Urbana Consorciada Água Branca corresponde, praticamente, à área do Distrito da Barra Funda e situando-se o polígono constituído pelas seguintes vias: Ministro Godoy; Turiaçu; Avenida Antártica; Viaduto Antártica; Avenida Francisco Matarazzo. O principal instrumento urbanístico utilizado para viabilizar essa Operação Urbana é o solo criado, ou concessão onerosa do direito de construir, que consiste na venda de potencial de construção acima daquele determinado na Lei de Zoneamento. Para a proposta de revisão da Operação Urbana o perímetro foi compartimentado em 9 subsetores, definidos a partir de características de similaridade de uso e ocupação de solo; potencialidades; distribuição do sistema viário e oferta de serviços de transportes públicos. Aí a gente tem os setores. Nessa imagem a gente tem a maior parte das intervenções propostas pela Operação Urbana, criação de áreas verdes, abertura de sistema viário, para criar a permeabilidade urbana, remanejamento da ferrovia, extensão da Avenida Auro Soares de Moura Andrade. De maneira geral



estão todas aí. Agora a gente vai partir para a leitura dos condicionantes do Parecer CADES. Dentre as 56 intervenções propostas foram definidas 11 intervenções que já estão em processo de execução, e que tem como objetivo primordial a melhoria de micro acessibilidade da área. Então a gente tem numerada as intervenções aqui embaixo. Eu vou ler, talvez quem estiver de longe não consiga enxergar. Aqui embaixo, no número 1 – Praça Linear entre o Parque Água Branca e Terminal da Barra Funda. 2 – está um pouco acima, junto à estação Barra Funda, Praça Memorial da América Latina. 3 – um pouco mais à esquerda, Ligação entre a Avenida Francisco Matarazzo e Rua Tagipuru. 4 – embaixo, extensão da Rua Dom Germaine Burchard. 5 – que está em cima, alargamento dos passeios da Rua Tagipuru. 6 – está aqui do lado direito, embaixo, alargamento dos passeios da Avenida Doutor Auro Soares de Moura Andrade. 7 – que está bem no centro, reconfiguração geométrica rotatória da Rua Doutor Fuad Nautel com a Rua Tagipuru. 8 – ali do lado esquerdo, alargamento da Rua Pedro Machado. 9 – do lado esquerdo, extremo, implantação de laterais e retorno sob o Viaduto Pompéia. Agora, os outros estão um pouco fora. 10 – Alargamento dos passeios da Rua Joaquim Ferreira. 11 – Realinhamento geométrico dos passeios da Rua Carlos Vicari e da Avenida Santa Marina. Ou seja, das 56 intervenções, essas são as prioritárias. Das 56, 3 estão fora do perímetro, mas tem relação direta com o empreendimento. Uma outra característica marcante da Operação Urbana é a proposta adensamento, adensamento construtivo e populacional. Em termos de adensamento construtivo, a gente conta com um 1.850.000 metros quadrados de área adicional a ser construída pela comercialização de CEPACs. E o adensamento populacional foi estudado a partir dos setores, aqui, a gente pode ver na última coluna... ou melhor, essa aqui. Essa foi apresentada no EIA-RIMA, que passou por uma revisão da SMDU e depois foi proposto esse valor. Então a gente tem ali, na terceira coluna, adensamento habitacional, número de habitantes, pelo último levantamento de 2007, e o proposto para o futuro. E a densidade prevista com a implantação total da Operação Urbana. Ou seja, adensamento de 1.850.000 metros quadrados e o adensamento populacional na tabela aqui, abaixo. Depois a gente pode voltar nas tabelas, se for necessário, ao longo da leitura. Agora as condicionantes.

Josiane Figueiredo - DECONT: Exigências e Recomendações - Sugere-se que seja incluído, no âmbito do Projeto de Lei previsto para ordenar a futura Operação Urbana Consorciada Água Branca, a necessidade de: Dispositivos e regulamentação para o incentivo e implantação de novas áreas verdes permeáveis, no perímetro da Operação Urbana Consorciada Água Branca. Garantia de que áreas verdes atualmente ocupadas pelos Centros de Treinamento São Paulo Futebol Clube e Sociedade Esportiva



Palmeiras, ao término da concessão (ano 2020), sejam incorporadas ao Parque Urbano a ser criado em área ocupada atualmente pela CET. Dispositivos e regulamentação para incentivar a doação dos recuos frontais dos novos empreendimentos para ampliação dos passeios públicos e implantação de calçadas verdes, nos setores A, B, C e D. Dispositivos e regulamentação para exigibilidade de doações dos recuos frontais dos novos empreendimentos para ampliação dos passeios públicos e implantação de calçadas verdes, nos setores E, F, G, H e I. Regulamentação da restrição à ocupação de subsolos e os incentivos à construção de estacionamentos acima do solo. Mecanismos que visem o controle de impermeabilização do solo, contenção de águas pluviais no interior dos lotes, a implantação de parques lineares junto aos córregos, aumento das áreas verdes públicas e privadas e a utilização de materiais com maior permeabilidade na pavimentação das obras públicas. Medidas de incentivo a empreendimentos com certificação ambiental ou com projetos comprovadamente sustentáveis e energeticamente eficientes. Instrumentos de regulamentação de formas de ocupação urbana coerentes com a diretriz de preservar a atual característica local de Área de Preservação Permanente - APP de várzea do Rio Tietê, incentivando a continuidade da ocupação esparsa e horizontal, conforme prescreve o Plano Urbanístico da OUCAB e o Relatório da Carta Geotécnica do Municipal, de 1992. Mecanismos que incentivem a localização das áreas permeáveis dos lotes junto aos recuos frontais de forma que as áreas permeáveis e verdes se integrem visualmente ao espaço público. Torne obrigatórias as diretrizes de ocupação do Plano Urbanístico para todos os lotes no Perímetro da Operação Urbana Consorciada Água Branca. A aprovação de projeto de parcelamento do solo, edificação, mudança de uso ou instalação de equipamentos que necessitem de autorização especial, em imóveis públicos ou privados considerados contaminados, suspeitos ou com potencial de contaminação por material nocivo ao meio ambiente e à saúde pública, ficará condicionada à apresentação pelo empreendedor, de relatório técnico conclusivo de investigação ambiental do imóvel para o uso existente ou pretendido, assinado por profissional habilitado, o qual será submetido à apreciação e deliberação da Secretaria do Verde e Meio Ambiente - SVMA, através do Departamento de Controle da Qualidade ambiental - DECONT, respeitada a legislação pertinente em vigor. Para as intervenções no viário deverá ser elaborado estudo ambiental específico para o conjunto de obras viárias contidas no Plano Urbanístico da OUCAB, previamente à sua implantação, conforme estipula a Resolução nº 61 – CADES/2001. Para Licenciamento Ambiental das obras de drenagem da região, deverá ser apresentado Estudo Ambiental específico, conforme Resolução n.º 61/CADES/2001. O Estudo deverá tratar de regime hidrológico, avaliação da situação atual de drenagem e deverá propor um plano com obras e medidas para a melhoria da drenagem em toda a região. Todos os 5 (cinco) córregos que atravessam o perímetro da Operação Urbana Consorciada Água Branca deverão estar contemplados no diagnóstico do Estudo. Inclusão de mecanismos que propiciem a implantação dos equipamentos sociais necessários ao adensamento proposto no Programa de Investimentos da Operação Urbana, conforme os resultados do estudo em fase final de elaboração. Desenvolver políticas de assistência técnica e reinserção



social para a população atingida. Garantir que os locais destinados ao reassentamento dos moradores de baixa renda do perímetro da Operação Urbana Consorciada Água Branca, não deverão estar situados em área de proteção ambiental ou áreas próximas a fontes de poluição, que possam afetar o direito à saúde mental e física dos habitantes. Inclusão de mecanismos que acrescentem a perspectiva da acessibilidade universal às premissas já propostas em favor do pedestre. Incentivos à aplicação de um Plano de Educação Ambiental, a ser implementado no perímetro da OUCAB, visando a sensibilização da coletividade quanto às questões ambientais, sua organização e participação na defesa do meio ambiente. Tendo em vista a importância de se conciliar a melhoria da ocupação da área com a preservação da memória e a valorização arqueológica e histórica. Para as intervenções contidas no perímetro da OUCAB atender as diretrizes do CONDEPHAAT, CONPRES P E IPHAN. O empreendedor deverá atender, após a emissão da Licença Ambiental Prévia – LAP, às seguintes exigências: 1 - Apresentar, no prazo máximo de 90 dias, levantamento arbóreo seguindo diretrizes constantes na Portaria 044/SVMA/2010, a ser realizado em todas as áreas verdes passíveis de sofrerem qualquer interferência no perímetro da Operação Urbana Consorciada Água Branca - OUCAB. Apresentar, no prazo máximo de 90 dias, análise de impacto sobre a avifauna, em razão das obras e intervenções em áreas verdes, considerando que as obras serão desenvolvidas em prazo de 20 anos, ocasionando modificações na paisagem e dinâmica da região. Apresentar, no prazo máximo de 90 dias, planta contemplando a sobreposição das intervenções previstas na OUCAB e as áreas e vegetação considerada patrimônio ambiental, de acordo com o Decreto Estadual nº. 30.443/89 alterado pelo Decreto Estadual nº. 39.743/94. Apresentar, no prazo máximo de 180 dias, Programa de Monitoramento de Avifauna, contemplando: locais de avistamento, hábitos alimentares observados, presença de ninhos, entre outras características relevantes, com especial atenção às espécies de avifauna ameaçadas de extinção e endêmicas, avistadas na ADA e AID do empreendimento, presentes na lista integrante do Decreto Estadual 56.031/2010 - SMA e Livro Vermelho da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção – MMA, 2008. Apresentar, no prazo máximo de 180 dias, Estudo de Fauna Sinantrópica e Programa de Controle de Vetores, adotando medidas que minimizem, durante as fases de implantação, a disponibilidade de abrigo, alimento e água para este grupo. O empreendedor deverá adotar medidas de segurança, tais como, o treinamento dos funcionários e a utilização de EPIs. Apresentar, no prazo máximo de 90 dias, manifestação da Divisão Técnica de Unidades de Conservação e Proteção da Biodiversidade e Herbário – DUC em relação ao local a ser destinada a Compensação Ambiental referente ao atendimento do art. 36 da Lei Federal nº. 9.985/2000. Solicitar autorização para manejo de exemplares arbóreos, decorrente das obras a serem executadas na OUCAB, à Divisão Técnica de Proteção e Avaliação Ambiental – DPAA/DEPAVE, Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente - SVMA. Atender à Portaria 044/SVMA/2010 e ao Convênio firmado entre a Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente – SVMA (P.A 2007-0.191.265-7) e a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB (nº. 25/2009.317/P), previamente, por ocasião das interferências em Áreas de Preservação Permanente – APP e supressão de vegetação



presente nestas áreas. Realizar uma Avaliação Ambiental Preliminar, conforme orientações contidas no Manual de Gerenciamento de Áreas Contaminadas (CETESB/2003), na Norma Técnica ABNT NBR 15515-1:2007 Errata 1:2011, e demais legislações pertinentes, em todas as áreas identificadas como potencialmente contaminadas afetadas com desapropriação total ou parcial que sofrerão interferência direta das obras, informando, quando possível, o número do processo administrativo que trata da desapropriação do imóvel. Realizar uma Avaliação Ambiental Preliminar e Investigação Confirmatória, conforme orientações contidas no Manual de Gerenciamento de Áreas Contaminadas (CETESB/2003), nas Normas Técnicas ABNT NBR 15515-1:2007 Errata 1:2011, NBR 15492/2007, NBR 15495/2007, NBR 15.515-1/2011 e demais legislações pertinentes, em todas as áreas identificadas como suspeitas de contaminação afetadas com desapropriação total ou parcial que sofrerão interferência direta das obras, informando, quando possível, o número do processo administrativo que trata da desapropriação do imóvel. Apresentar Parecer Técnico ou similar emitido pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB e/ou pelo Grupo Técnico Permanente de Áreas Contaminadas – GTAC do DECONT-2/SVMA, para todas as áreas identificadas como contaminada, contaminada sob investigação, em processo de monitoramento para reabilitação e reabilitada afetadas com desapropriação total ou parcial que sofrerão interferência direta das obras, informando, quando possível, o número do processo administrativo que trata da desapropriação do imóvel. Para as áreas verdes e institucionais previstas na OUCAB, os imóveis afetados, públicos ou privados, devem ser classificados, caso pertinente, quanto ao seu nível de contaminação (potencial, suspeita, contaminada, contaminada sob investigação, em processo de monitoramento para reabilitação e reabilitada), informando, quando possível, o(s) respectivo(s) número(s) de contribuinte. Assegurar assistência especial a grupos vulneráveis específicos (idosos, gestantes, entre outros). Garantir assistência social e psicológica no acompanhamento do processo de desapropriação. Todas as informações sobre a Operação Urbana devem estar disponíveis com antecedência e em linguagem acessível às pessoas atingidas. Deve ser garantido o apoio emergencial aos que necessitarem, enquanto a moradia definitiva e adequada estiver pendente, apresentando medidas que garantam que a moradia emergencial não se torne definitiva. O texto final do Projeto de Lei deverá ser apresentado ao CADES, previamente a sua votação na Câmara Municipal, para ciência e recomendações.

Miriam Massoca - Decont: Dando continuidade: O empreendedor deverá atender a partir da aprovação da Lei da Operação Urbana Consorciada Água Branca, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, às seguintes exigências: Apresentar Plano de Gestão de Áreas Verdes, contemplando projeto e cronograma de implantação para as seguintes obras e intervenções no Perímetro da Operação Urbana Consorciada Água Branca, que deverão atender as diretrizes mínimas de Departamento de Parques e Áreas Verdes - DEPAVE, Departamento de Planejamento Ambiental - DEPLAN e as recomendações do Grupo Técnico Permanente de Áreas Contaminadas – GTAC do



Departamento de Controle da Qualidade Ambiental - DECONT/GTAC, quando couber: Caminhos verdes previstos no Plano Diretor Estratégico - PDE e Plano Regional Estratégico - PRE; Calçadas verdes, segundo Decreto Municipal nº. 45.904/05, que regulamenta o Artigo 6º da Lei Municipal nº. 13.885/04, a serem implantados em todos os passeios dos novos viários previstos e passeios ampliados devido às exigências e incentivos da OUCAB; Parque Urbano Municipal, em área hoje ocupada pela Companhia de Engenharia de Tráfego – CET; Parques Lineares às margens da Rua Dr. Quirino dos Santos, Água Branca e Córrego Pacaembu; Áreas verdes vegetadas, ajardinadas e arborizadas, como as áreas verdes a serem criadas na Gleba Telefônica e Gleba Pompéia; Áreas de preservação permanente – APP; Recomposição paisagística do canal de Saneamento e Praça Pública a ser implantada entre o Canal de Saneamento e o Rio Tietê, ao lado da futura Fábrica dos Sonhos. “Parque Linear” ao lado da Avenida Ordem e Progresso, entre a Praça Luís Carlos Mesquita e a marginal Tietê e recomposição paisagística da Avenida Ordem e Progresso. “Praça Linear” a ser implantada entre o Parque Dr. Fernando Costa e o terminal da Barra Funda. Outras áreas verdes e permeáveis a serem implantadas, como as áreas verdes atualmente ocupadas pelo Centro de Treinamento São Paulo Futebol Clube e Sociedade Esportiva Palmeiras a serem incorporadas ao Parque Público a ser criado. Apresentar Programa de Monitoramento da Qualidade das Águas Superficiais, acompanhado de um Plano de Recuperação da Qualidade das Águas dos Córregos Água Branca, Água Preta, Sumaré, Quirino dos Santos e Pacaembu a ser desenvolvido em parceria com a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP. Apresentar Programa de Gestão e Controle Ambiental das Obras e do Programa de Monitoramento da Qualidade das Águas Superficiais, previsto no Estudo de Impacto Ambiental – EIA, com seu conteúdo detalhado. Apresentar Plano de Desassoreamento, previsto no Estudo de Impacto Ambiental – EIA, com seu conteúdo detalhado. Apresentar Plano de Gestão de Controle Ambiental das Obras, contendo estudo de viabilidade de utilização de veículos e equipamentos com uso energia renovável, materiais sustentáveis (madeira certificada, cimento CPIII, entre outros), medidas específicas para obras de demolição e impedimento de uso de água potável para medidas de umidificação de solo e lavagem de rodas de veículos. Apresentar Programa com Medidas de Incentivo ao Uso de Meios de Transporte Sustentáveis na região. Tal plano deverá contemplar medidas como limitação da oferta de vagas de estacionamento, programas de carona voluntária e formas de incentivo ao uso de bicicleta e meios de transporte coletivo. Apresentar Programa de Monitoramento dos Níveis de Ruído, com seu conteúdo detalhado. O Programa deverá prever o envio regular de relatórios de avaliação à SVMA e uma linha direta para reclamações dos moradores da região. Apresentar Plano de Conforto Ambiental para a região associado ao Plano Urbanístico proposto, com memorial de cálculos e gráficos, que demonstre as melhores estratégias para garantir níveis de insolação, umidade do ar, temperatura e ventilação urbana adequados com o adensamento previsto para cada setor, garantindo conforto térmico e dispersão de poluentes. Apresentar um Plano de Intervenção Viária, que contemple estudo (justificativa), projeto e cronograma de intervenções. Devendo contemplar também: O remanejamento da ferrovia, a extensão da Avenida Auro Soares



de Moura Andrade e o túnel de ligação com a Avenida Santa Marina; Atualização dos volumes veiculares e a composição do tráfego na região, conforme solicitações da CET; Inclusão de calçadas no Viaduto Pacaembu; Inclusão de passarela para acesso dos pedestres oriundos dos prédios de serviço da região (Tribunal Regional do Trabalho, Fórum Criminal e inúmeras empresas de telemarketing, etc.) com destino à CPTM, Linha 2 do Metrô e ônibus municipais e intermunicipais; Inclusão de passarela que ligue a calçada do Viaduto Antártica à Avenida Francisco Matarazzo, utilizando a área institucional proposta pela SP Urbanismo (junto a Rua Pedro Machado) para a construção das rampas de acesso; Programa de Prioridade ao Pedestre, contendo um conjunto de ações de curto prazo, visando à requalificação dos espaços públicos, das calçadas, passeios e travessias de pedestre, em todo o perímetro da OUCAB. Identificação dos lotes que abrigam ou abrigaram atividades com potencial de contaminação das quadras identificadas como áreas potencialmente contaminadas, informando o respectivo número de contribuinte. Apresentar Plano de Circulação e Transportes para a ADA/AID, que contemple ampliações de capacidade e aprimoramentos do sistema viário e de serviços de transporte coletivo, contendo: Monitoramento e previsão da ocupação da ADA e de volumes de tráfego em vias principais e de embarques/desembarques de usuários de serviços de transporte coletivo em seus principais terminais e pontos de parada de ônibus na ADA e AID; Identificação, avaliação e priorização de intervenções no sistema viário e em serviços de transporte coletivo para atendimento das demandas previstas; Programação de realização das intervenções segundo suas prioridades e disponibilidade de recursos para tanto; Realização das intervenções de acordo com a programação estabelecida. Apresentar Plano de adequação e/ou ampliação da capacidade de suporte da infraestrutura urbana, visando o adensamento gerado na região pela OUCAB. Apresentar detalhamento do Plano de Ação Integrada entre a SP Urbanismo e a Subprefeitura da LAPA para as etapas de planejamento, instalação e operação do empreendimento. Apresentar Estudo da Capacidade de Equipamentos Públicos de cada setor da Operação Urbana para atendimento à demanda futura em função do adensamento proposto para o perímetro da Operação Consorciada Água Branca, abrangendo equipamentos voltados à promoção da saúde, educação, lazer, esportes e segurança. Apresentar detalhamento do Programa de Negociação do Processo de Desapropriação, contemplando as medidas mitigadoras propostas no EIA. Mapear todos aqueles que serão atingidos direta ou indiretamente pelo processo expropriatório, identificando especialmente os grupos mais vulneráveis da população. Apresentar manifestação do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico - CONDEPHAAT, contendo a prévia aprovação e diretrizes para as intervenções contidas no perímetro da Operação Urbana Consorciada Água Branca. Apresentar manifestação do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo - CONPRESP, contendo a prévia aprovação e diretrizes para as intervenções contidas no perímetro da Operação Urbana Consorciada Água Branca. Atender ao Parecer Técnico nº 375/10 - 9ª SR/IPHAN/SP do Instituto do Patrimônio Arqueológico e Artístico Nacional – IPHAN. Apresentar mapeamento com o diagnóstico socioeconômico dos moradores do



perímetro da Operação Urbana Consorciada Água Branca, que encontram-se em moradias precárias, áreas de risco ou Áreas de Preservação Permanente, os quais deverão ser reassentados em Habitação de Interesse Social - HIS, produzidas na área definida para a Operação Urbana Consorciada Água Branca. Apresentar Planos de remoção/reassentamento, contendo a identificação dos atingidos e seu número. Apresentar Programa de atendimento econômico e social para a população direta e indiretamente afetada pela Operação Urbana. Desenvolver Programa de Prospecção Arqueológica antes do início de quaisquer movimentos de solo associados às obras da Operação Urbana. Implantar Programas nas áreas a serem impactadas direta ou indiretamente pelo empreendimento em que as condições do terreno sejam propícias à presença de vestígios arqueológicos e histórico-culturais. Apresentar Plano Cicloviário desenvolvido para o perímetro da OUCAB e respectivo cronograma de implantação, atendendo ao estabelecido na Lei Municipal 14.266/07, Decreto Municipal nº 34.854/95, que regulamenta a Lei Municipal nº 10.907/90. Integrar às ciclovias, a sinalização vertical, horizontal e semaforica nas vias que fizerem parte do trajeto previsto para o perímetro da OUCAB, levando-se em conta, também, a segurança dos ciclistas e dos pedestres. Apresentar detalhamento do Programa de Comunicação Social, incluindo a abertura e manutenção de canal de comunicação entre a SP Urbanismo, o Conselho Gestor, e a população local, a ser implementado desde a aprovação da Lei para a implantação da Operação Urbana Consorciada Água Branca, com o objetivo de divulgação junto à população em cada fase e etapa do empreendimento, de forma simples e didática. Apresentar Plano de Educação Ambiental que atenda ao Disposto na Lei Federal nº 9.795/1999 - Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA. Apresentar Programa de Educação Ambiental voltado aos trabalhadores que irão atuar nas intervenções propostas para a OUCAB. Apresentar Relatório de Avaliação Preliminar das áreas destinadas à Habitação de Interesse Social – HIS e Habitação de Mercado Popular - HMP, conforme orientações contidas no Manual de Gerenciamento de Áreas Contaminadas (CETESB/2003) e na Norma Técnica ABNT NBR 15515-1:2007 Errata 1:2011, informando, quando possível, o número do processo administrativo que trata da desapropriação do imóvel. Apresentar Plano de Trabalho com cronograma básico, fornecido pela Divisão de Unidades de Conservação, Proteção da Biodiversidade e Herbário, de aplicação dos recursos da compensação ambiental prevista no Artigo 36 da Lei Federal nº 9.985/2000, correspondente a 0,21% do valor total de CEPACs, previsto na Lei da OUCAB. Criar e manter sistema de indicadores que permita o acompanhamento da Operação Urbana pelo Conselho Gestor.

Nadia Scheffer - Decont: Apresentando agora o bloco final de exigências de condicionantes para a solicitação da licença ambiental de instalação – LAI - Para Licenciamento Ambiental das obras de drenagem da região, deverá ser apresentado Estudo Ambiental específico, conforme Resolução n.º61/CADES/2001. O Estudo deverá tratar de regime hidrológico, avaliação da situação atual de drenagem e deverá propor um plano com obras e medidas para a melhoria da drenagem em toda a região.



Todos os córregos que atravessam o perímetro da Operação Urbana Consorciada Água Branca deverão estar contemplados no diagnóstico do Estudo. Para as intervenções no viário deverá ser elaborado Estudo Ambiental Específico para o conjunto de obras viárias contidas no Plano Urbanístico da OUCAB, previamente à sua implantação, em conformidade com a Resolução nº 61/CADES/2001. Apresentar, conforme Parecer Técnico nº 375/10 - 9ª SR/IPHAN/SP do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, projeto de pesquisa para a obtenção de Portaria de Autorização de Pesquisa, seguida da implantação dos seguintes programas: “Programa de Prospecção Arqueológica Intensiva e Interventiva”, objetivando o levantamento sistemático de bens histórico-arqueológicos nas áreas de intervenção da OUCAB. “Programa de Monitoramento Arqueológico”, através do acompanhamento constante de obras nas áreas a serem indicadas no relatório do Programa de Prospecção Arqueológica (item “a”). “Programa de Resgate Arqueológico”, se aplicável. “Programa de Educação Patrimonial”, visando à difusão e à valorização dos bens culturais identificados, e considerando-se os diferentes seguimentos da sociedade. “Programa de Levantamento dos Bens Patrimoniais Edificados”, objetivando o estudo dos edifícios históricos, visando indicar as medidas cabíveis de preservação ou conservação, definidas em conjunto com os órgãos de gestão do patrimônio da cidade de São Paulo. Programa de Levantamento dos Bens Patrimoniais Edificados, com registro científico de bens históricos presentes na área do empreendimento, que necessitarão ser objeto de demolição (se for o caso). O empreendedor estará sujeito às sanções previstas no Art. 66 do Decreto Federal nº 6. 514/2008, caso não cumpra as exigências constantes na Licença Ambiental Prévia – LAP. O artigo 66 diz: *“Construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar estabelecimentos, atividades, obras ou serviços utilizadores de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidores, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, em desacordo com a licença obtida ou contrariando as normas legais e regulamentos pertinentes”*: Está prevista a multa que vai de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

Secretário Eduardo Jorge: Vamos, agora, aos esclarecimentos que os conselheiros desejarem. Eu observei, Regina, que esta LAP tem uma característica especial, que é dar Diretrizes para um Projeto de Lei que a Prefeitura ainda vai elaborar, para mandar para a Câmara, para votar, fazer adaptação da Lei antiga. Então ela tem, além das outras obrigações, das outras LAPs, tem esse, vamos dizer assim, prefácio de obrigações. Não é isso? Então é um dado importante, que esse relatório, se aprovado, vai orientar a elaboração do projeto de Lei que a SMDU vai elaborar e que, eventualmente, vai para a Câmara. É um processo longo ainda, não é? É isso mesmo?

Cons. Regina Luisa: Na verdade, assim, a Câmara Municipal vai aprovar a Lei. E isso o que é? É uma discussão pública, uma licença prévia, para que o empreendedor desenvolva os projetos. Mas antes disso, ele terá que desenvolver o projeto e encaminhar à Câmara. Agora, a Lei quem aprova é o legislativo.

Secretário Eduardo Jorge: Isso significa, já fazendo as minhas observações como conselheiro também, que eventualmente, se a Câmara Municipal tomar tal ou qual



diretriz, isso pode implicar a volta ao Conselho, para modificar a LAP. Que, em tese, isso é possível.

Cons. Regina Luisa: Sim.

Secretário Eduardo Jorge: Na verdade, isso é apenas, com esse prefácio, vamos dizer assim, da LAP, eles elaboram o projeto de Lei, vai para a Câmara, a Câmara faz o projeto de Lei, se tiver tudo compatível com a LAP, eles podem pedir a LAI. Caso contrário, eles vão ter que voltar aqui e haver uma modificação na LAP. É isso mesmo que eu entendi?

Cons. Regina Luisa: Com certeza.

Secretário Eduardo Jorge: Ou seja, naquela corrida de obstáculos tem um obstáculo anterior.

Cons. André: O Secretário já adiantou uma parte da minha fala. Mas é uma coisa importante: eu não quis falar antes, vou deixar para os debates. Na verdade, no decorrer dos trabalhos da Câmara Técnica, ou seja, foram 16 trabalhos, houve bastante interatividade entre a equipe do DECONT que estava presente e a própria Câmara. Então boa parte das nossas dúvidas foram dúvidas compartilhadas (incompreensível) expressar. Uma outra parte das dúvidas que vocês estão vendo exposta, a equipe, justamente, diferentemente de outros licenciamentos ambientais, nós estamos licenciando uma revisão de Lei. Ou seja, nós temos a possibilidade de incluir no projeto de Lei coisas que quando nós licenciemos um plano desse já feito, nós ficamos limitados pelo que o licenciamento ambiental pode dar. Por isso que apareceu uma série de exigências, que na realidade são exigências condicionantes, mais do que a licença, ao projeto de Lei. Que o empreendedor já vem, inclusive, na conversa conosco atendendo. Houve uma preocupação muito grande que o público alvo do adensamento proposto fosse, justamente, um público alvo que usasse dos meios de transportes coletivos, que são partes na região, e que evitariam assim um maior congestionamento na região. Isso o empreendedor já se mostrou sensível, e na proposta que deve ser encaminhada para a Câmara Municipal já tem essa preocupação de, nos estoques ofertados, apesar de poder, de vez em quando, assustar, eles vão ser estoques que procurarão direcionar a ocupação para que as faixas de renda, desde a interesse social até do mercado popular, e aquelas que se utilizam plenamente de transporte coletivo, possam estar ali alocadas preferencialmente. Houve uma preocupação muito grande, se manifestou, por isso que a gente vê nas exigências, que o empreendedor não esteja respondendo a isso. Mas a gente quer que isso garanta em si, se transpareça no projeto de Lei com aparte da permeabilidade, porque nós estamos em uma área de várzea. Por isso uma expressão dada no projeto que: não ter mais (incompreensível) subsolo, ter uma taxa de permeabilidade maior do que normalmente a lei de uso do solo exigiria e não ter o incentivo à oferta de vagas adicionais, porque nós temos tanto problemas de drenagem, como temos uma oferta razoável de transportes coletivos. Isso não está explícito nas exigências, mas está implícito nas conversas que nós tivemos e no bate e volta com o empreendedor, que, justamente, no projeto de Lei que ele deverá nos apresentar futuramente deverão estar contempladas. A preocupação para que a região atenda essas condicionantes. Então as exigências, mais que exigências, na realidade elas têm o papel de condicionantes. Se vocês olharem, existiam uma parte no inicial que eram recomendações ao projeto de Lei. Nós não podemos exigir que o Executivo



(incompreensível). São sugestões nossas, para que aquilo que a Câmara conversou possa se materializar. Algumas são exigências, mas isso é mais para dar uma facilidade no próprio processo de licenciamento futuro, ou seja, que tenha um respaldo a lei da própria licença ambiental na lei da Operação Urbana. Todos esses cuidados, na discussão com o DECONT, com a Câmara, com o empreendedor, foram tomados. Ou seja, a Câmara procurou se cercar de maneira que com o empreendimento garantisse o quê? Que a permeabilidade do solo numa região frágil fosse garantida, que o adensamento atendesse uma população que pudesse usufruir dos benefícios que aquela região já pode ofertar, de transporte coletivo e mobilidade. Que a distribuição de faixas de renda populacional fosse mais equilibrada, evitando que muitas vezes o desequilíbrio de uma população de uma renda mais alta ocupasse, com um maior nível construtivo, menor adensamento populacional, uma infraestrutura favorável. Ou seja, tudo isso está implícito na análise do DECONT, da Câmara e nas exigências. Talvez, a gente tivesse que ter explicitado isso na apresentação, mas isso é uma preocupação que está por trás das exigências colocadas e da análise feita. Ou seja, de maneira que o projeto de Lei apresentado cumpra o seu papel de adequar a Operação Urbana, que é uma operação de 95, que nós tínhamos outra ideia quando o executivo propôs do que seria a ocupação e o adensamento daquela área, para hoje, uma realidade de 2012. Ou seja, em que mudou-se, não só o entendimento do executivo, da sociedade como deveria ocupar aquela área, como também os empreendimentos que ali deveriam estar presentes. Isso, tanto a Câmara como o DECONT tiveram o cuidado de analisar para que isso fosse garantido. Se eu não falei no começo, me desculpem, mas a Câmara recomenda a aprovação do EIA, em vista desses entendimentos, desses atendimentos, das alterações que foram sendo feitas no processo pelo empreendedor. Antes da nossa reunião final, ele apresentou à Câmara as alterações decorrentes, não só das audiências, como os questionamentos do DECONT, como os questionamentos da Câmara Técnica. Ele já apresentou, qual sejam, aquelas alterações que já estavam sendo incorporadas ao projeto de Lei, que não é o projeto, mas o projeto urbanístico, desculpe, que ele apresentou para a gente. Não foi o projeto de Lei, foi o projeto urbanístico. E que nos pareceu que atendia plenamente as nossas preocupações, o que nós estávamos pedindo. Então isso é o que eu queria falar, aqui, para vocês. Se não transpareceu isso, mas ele estava presente em toda a nossa análise. Obrigado.

Cons. Ângelo Iervolino: Ângelo – Sociedade Ambientalista Leste. Fui contemplado em maioria pela fala do André. Então eu queria aproveitar a oportunidade para parabenizar os integrantes da Câmara Técnica pelo trabalho. E eu acho que esse trabalho pode servir como exemplos para as próximas solicitações da mesma característica. E, somente mesmo quem já trabalhou, participou da Câmara Técnica sabe dar o valor para chegar nesse trabalho final. Talvez essa seja a última reunião de muitas pessoas que estão aqui. Então, a importância de estar participando dessas Câmaras Técnicas. Então, novamente, parabéns à todos os membros. E para aqueles que estão saindo, foi um prazer tê-los junto comigo.

Cons. Ros Mari: Bom dia a todas e a todos conselheiros. Eu gostaria de... Eu acho que é importante salientar, antes de mais nada, que a Câmara Técnica se reuniu 16 vezes. Foi uma coisa bastante atípica, porque essa é uma discussão técnica muito profunda. E eu queria apresentar oportunidade de, primeiro, informar que eu subscrevo o parecer técnico. Mas eu gostaria de fazer alguns destaques em função de uma última reunião que nós tivemos. Vocês irão entender no decorrer da minha leitura, de um documento que eu gostaria, Helena, que ficasse... que se inserisse ao processo e



constasse em Ata. Eu queria até aproveitar a presença do vereador Natalini, porque eu acho que ele vai ser uma pessoa fundamental, no sentido de que todas as diretrizes explicitadas seja, de fato, contempladas no projeto de Lei, que nós estamos pedindo que passe no Conselho antes, para que realmente haja uma convergência no que está se propondo. Eu gostaria de ler o documento que diz o seguinte: Na oportunidade da votação do parecer técnico da Operação Urbana Consorciada Água Branca, gostaríamos de explicitar algumas reflexões e proposições. O conceito de cidade compacta, ao qual o colega André acabou de referir, tão em voga recentemente, implica em produzir bairros mais densos e verticalizados em áreas dotadas de infraestrutura. Possibilitando menor consumo per capita daquilo que a população consome e produz, em especial recursos energéticos, resíduos e emissões dos gases de efeito estufa. Buscando controlar o espraiamento da mancha urbana que ameaça áreas de grande valor ambiental, é o caso das nossas represas e da Cantareira, e que é também responsável pelo aparecimento de novas áreas de risco. E que aumenta a quantidade e a distância dos deslocamentos diários dos cidadãos. Foi esse o conceito que inspirou, e aí o vereador Gilberto Natalini participou ativamente, a política de mudança do clima no município de São Paulo, por meio da Lei 14.933/2009, cuja diretriz explicita, induz a distribuição de usos e intensificação do aproveitamento do solo, de forma equilibrada em relação à infraestrutura e aos equipamentos, aos transportes e ao meio ambiente, de modo a evitar sua ociosidade ou sobrecarga, e a otimizar os investimentos coletivos aplicando-se o conceito de cidade compacta. A proposta de utilização do instrumento urbanístico das operações urbanas, inserido no Estatuto da Cidade, que é a Lei Federal 10.723, explicita no seu artigo 12 - inciso 1: "As operações urbanas são conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo poder público municipal, com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar, em uma área, transformações urbanistas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental". Porém, e aí nós gostaríamos de detalhar e destacar isso muito bem, essa densidade almejada tem que ser qualificada, contemplando modelos urbanísticos mais inteligentes, com maior diversidade social e territorial. As operações urbanas não podem ser meramente liberações de índices construtivos, atendendo a interesses particulares ou valorização imobiliária, expulsando moradores e atividades de menor renda e intensificando a perda de cavidade de vida no território de nossa cidade. Esse foi o espírito que norteou as proposições da sociedade civil na Câmara Técnica 3 do CADES, parcelamento, uso e ocupação do solo, complexos urbanos e habitação. Que analisou o Estudo de Impacto Ambiental da Operação Urbana Consorciada Água Branca, redundando no presente parecer que foi lido pelos colegas do DECONT. A SP Urbanismo, vinculada à SMDU, empreendedor da Operação, apresentou uma hipótese inicial de Plano Urbanístico Geral para a Operação. Por que isso? Porque na Operação antiga, da Era Maluf, não se tinha estudos de EIA-RIMA e também não se previa gestão compartilhada. Então foi apresentada uma hipótese 1. Hipótese 1 – Plano Urbanístico Geral. Considerando o futuro adensamento proposto, para os senhores terem uma noção, de 6.931 habitantes, em 2007, para 77.097 habitantes até o final da implantação da operação, com um estoque disponível, como disseram os colegas do DECONT, de 1.850.000 metros quadrados, sendo 1.750.000 ao norte da ferrovia e 100.000 ao sul da ferrovia. Aliás, aqui cabe um destaque que há muito tempo a sociedade civil e outros técnicos vem alertando para a importância de se fazer estudos de impacto ambiental cumulativo. A Arena Multiuso Palmeiras não está contemplada nessa Operação Urbana, em que pese fazer um impacto incomensurável para todo território. Para ela bastou ser feito um Estudo de Impacto de Ruído, o EIV, Estudo de Impacto de Vizinhança. E qual não foi a surpresa, ao provarmos por A e por B, que o



impacto cumulativo ia ser bem (incompreensível), houve inclusive a diminuição dos estoques de parte do empreendedor. Se não me falha a memória de 300.000 metros quadrados para 100.000. o que prova que realmente o estudo de impacto cumulativo seria fundamental nesse tipo de Operação Urbana, que deixou de lado a Arena Multiuso e deixou de lado, também, a Fábrica do Samba, Cidade do Sonhos, para qual se requereu o Estudo de Viabilidade Ambiental, esquecendo que está inserida dentro de uma enorme Operação Urbana. Bem, essa hipótese 1, a qual eu me referi, e o conteúdo do EIA-RIMA feito para essa hipótese um, foram avaliados e criticados em duas audiências públicas, duas reuniões temáticas entre a equipe técnica de empreendedor e representantes da sociedade civil, 16 reuniões da Câmara Técnica 3 e reuniões feitas por mim, enquanto conselheira da Macro Região Oeste com a sociedade civil. Dessas reuniões surgiram questionamentos e subsídios, para que a SP Urbanismo revisse a hipótese 1 e elaborasse um novo plano urbanístico geral, hipótese 2. Infelizmente esse novo plano urbanístico não foi apresentado à sociedade civil, em que pese termos solicitado em fevereiro de 2011 ao Senhor Secretário do Verde e Meio Ambiente, por meio de um ofício e de um abaixo-assinado de entidades e cidadãos, a realização de uma terceira audiência pública, para apresentação dessa hipótese 2 do plano urbanístico, explicitando quais das sugestões apresentadas foram ou não incorporadas pelo empreendedor. Infelizmente o nosso pedido foi negado. Quando da realização da 14ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica, em 15 de março de 2012, solicitamos, enquanto conselheira, que a SP Urbanismo comparecesse à Câmara Técnica para apresentar a hipótese 2 do plano urbanístico geral, o que acabou por ocorrer em Reunião Extraordinária da Câmara em 19/03, considerando a orientação emanada do Senhor Secretário de que o parecer técnico deveria ser votado no dia de hoje, quando se encerra a atual gestão do Conselho. É necessário observar que a 11ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica ocorreu em 22 de março de 2011 e a 12ª um ano depois, em 6 de março de 2012. Minha solicitação para a vinda da SP Urbanismo deu-se na 14ª reunião, em 15 de março de 2012. Na 15ª houve a Reunião Extraordinária com a SP Urbanismo, em 19 de março. E em 20 de março a Câmara Técnica fechou o Parecer Técnico para ser votado no dia de hoje. É importante destacar que a Câmara Técnica, com o envolvimento dos técnicos do DECONT, procedeu a uma análise apurada do EIA-RIMA da hipótese 1, mas não teve tempo hábil para uma análise mais profunda da hipótese 2 do plano urbanístico geral proposto pelo empreendedor. O universo de informações de que pudemos dispor, e sobre as quais fizemos reflexões, permitiu a elaboração do presente parecer técnico, ora em análise pelo Conselho, o qual subscrevo, e que apresentei de forma sumária à sociedade civil em reunião técnica, de 21 de março, informando que no dia de hoje o parecer seria, aqui, votado. Reitero que apenas o plano urbanístico geral, hipótese 1, foi objeto de divulgação à sociedade. Tendo sido objeto de discussão nas duas audiências públicas ocorridas em 4 de novembro de 2010 e 27 de janeiro de 2011. O plano urbanístico geral, hipótese 2, apresentado à Câmara Técnica em 19/03/2012, é um novo plano, diferente da hipótese 1, e até então de desconhecimento geral, e que não foi objeto de nenhuma audiência pública para discussão, conhecimento e propostas dos cidadãos, como requer a Lei. Portanto, essa hipótese 2, reitero, que considera o rebaixamento do sistema metroferroviário no perímetro terá de ser objeto de um novo EIA-RIMA, devidamente publicizado e submetido à nova apreciação e discussão da sociedade civil, sob pena de torna-se nulo perante a Lei. Por que eu digo isso? Porque no dia da apresentação do dia 19, no Power Point, qual não foi a minha surpresa ao olhar um dos slides, e aqui aparece Água Branca – alinhamentos viários, continuidade após o rebaixamento do sistema metroferroviário. É óbvio que o enterramento da via férrea não estava previsto no EIA-RIMA da hipótese 1 da SP



Urbanismo, portanto, se isso vier a se concretizar na prática, nós temos necessidade de um outro EIA-RIMA. Porque o enterramento de uma linha férrea corta canais de drenagem, interfere na drenagem total da área. Então é importante que a gente tenha claro o que nós estamos votando aqui e o que nós estamos, de fato, assinando. O parecer técnico inclui várias exigências e recomendações a serem cumpridas após a emissão da LAP, como mostrado pelos colegas do DECONT. E se não cumpridas, não há como se aprovar a Licença Ambiental de Instalação. Reiteramos esse aspecto por conta da extrema preocupação da sociedade civil, com eventos recentes de desrespeito às exigências explicitadas em outros pareceres técnicos aprovados por este Conselho. Quer dizer, nós não estamos brincando aqui. Se tem exigência, a exigência tem que ser cumprida, tem que ser monitorada, tem que ser cobrada. Não é o caso aqui, de repetirmos o rol de exigências apresentados pela equipe de DECONT, nesta reunião, que constam do parecer técnico da hipótese 1, que é o que eu subscrevo, e que constará da Ata desta reunião, a ser divulgada na íntegra por parte da página da Prefeitura na intranet. Mas 3 delas são importantes para garantir, de fato, que a qualidade ambiental seja respeitada no perímetro da operação, e a que eu reitero que foi colocada pelos técnicos do DECONT. Primeiro, para Licenciamento Ambiental das obras de drenagem da região, deverá ser apresentado Estudo Ambiental específico para as 5 bacias de drenagem. Na hipótese 1 só tinha estudo para duas bacias de drenagem. O Córrego Sumaré e Água Preta. Temos ainda o Pacaembu, Quirino dos Santos e Água Branca. E esse estudo de drenagem tem que ser um estudo de drenagem, um plano de macro drenagem do Município de São Paulo. Então isso é fundamental. Segundo ponto, para as intervenções no viário deverá ser elaborado Estudo Ambiental Específico. Ok? Então se está prevendo o enterramento da via férrea, que na hipótese 1 não estava sendo considerada, não dá para se embutir aqui, no 1, e dizer que está tudo sob controle. Há que se fazer um Estudo Ambiental Específico. E por último, e aqui e peço apoio do nosso Vereador Gilberto Natalini, é que para garantir que efetivamente essas exigências e recomendações, feitas por um estudo apurado da Câmara Técnica e que vai subsidiar a elaboração do projeto de Lei, nós estamos solicitando no parecer que o conteúdo do projeto de Lei seja encaminhado a este Conselho, para conhecimento, para ciência, para eventuais recomendações, antes de ele ser encaminhado para votação na Câmara Municipal de São Paulo. Então eram essas as nossas contribuições, dizendo que nós somos favoráveis ao parecer técnico emanado para a hipótese 1, reitero isso, do plano urbanístico Geral. E que a hipótese 2 do plano urbanístico geral é uma coisa que não passou ainda pelos devidos procedimentos, como requer a Lei. Então era isso que eu queria deixar claro, para que nós tenhamos noção daquilo que estamos votando. Obrigada.

Cons. Cristina Antunes: Bom dia. Cristina Antunes - Ciranda Sul 2. Nós não participamos da Câmara Técnica, eu tenho profundo respeito pelo trabalho que as Câmaras fazem. Mas os nossos comentários têm o aspecto mais genérico. Retomando uma observação que foi feita há 10 anos, com o apoio do Defenda São Paulo, representado pela Lucila Lacrete, o mapeamento das Operações Urbanas prevista no Plano Diretor Estratégico de São Paulo cobre literalmente a cidade inteira. Portanto, sobram poucos espaços que não sejam afetados pelas alterações de zoneamento que essas Operações Urbanas permitem. No caso da Operação Urbana Água Branca, isso daqui é absolutamente claro. O alcance dessa Operação Urbana é imenso, portanto, vai provocar alterações substanciais, não só na área física, mas na área social, no aspecto social dessa Operação. Com relação às exigências, isso daqui é um comentário dirigido à SMDU, à Câmara Municipal e às Câmaras Técnicas, ao final ao



DECONT, com relação a algumas providencias que resultam inócuas. Por conta, inclusive, da forma como são apresentadas. Então, por exemplo, nas exigências tem sempre uma colocação assim “sugere-se que seja feito isso”, “deve haver incentivos para que seja feito não sei o quê”, “medidas de incentivo a construção de estacionamento acima do subsolo”. É um incentivo, não é uma obrigação. Não fica claro que isto é uma exigência do DECONT. Para a questão da... Após a LAP... isso aqui se repete no primeiro bloco. Para as exigências: Após a emissão da LAP, tem lá, observar avifauna, tem prazo de 180 dias para fazer esse levantamento. E daí? Qual a consequência desse levantamento? Nós temos visto em outros projetos que isso aqui resulta em absolutamente em nada. Porque não está previsto no documento o que o empreendedor, ou os empreendedores vão ter que fazer com relação a isso. A mesma coisa com relação às áreas contaminadas. Isso aqui todos temos visto nos jornais, e muitos de nós têm vivido isso. As incorporadoras realmente fazem o levantamento de áreas contaminadas e ponto. Porque a CETESB, embora não emita licença prontamente, tem uma certa tolerância ao longo do tempo. Aí o incorporador começa a obra apostando que vão conseguir remediar e quando chega a uma certa altura já venderam todas as unidades e o ônus sobra para os compradores, porque a CETESB ao final, até por essa pressão, porque tem que liberar o habite-se, tem que liberar a licença, acaba liberando ainda sem a remediação completa do subsolo. Isso tem acontecido em todas as regiões da cidade. Eu posso falar por Santo Amaro, que é uma área que tem inúmeros imóveis com solo contaminado. Isso tem acontecido. A gente recebe reclamações e comentários de muitos compradores. Assegurar assistência social para grupos vulneráveis. O que isso significa? Qual a eficácia desta exigência? Assegurar assistência social. Temos visto também, em outros projetos, que isso daqui resulta em uma frase vazia. Inclusive temos neste momento, quero alertar o Pedro, nós temos exatamente a mesma propositura na obra de macro drenagem da Bacia do Cordeiro. Eles têm até o dia 30 para apresentar o atendimento às exigências do DECONT e o projeto executivo. E na semana passada, eu fui procurada por uma empresa de Campinas, que foi contratada pela Construcap, para fazer exatamente isso. A semana passada. Eles não conhecem o projeto, nunca vieram ao projeto, e estão consultando as entidades da região para saber qual o perfil da população que eles têm que atender nas exigência de assegurar assistência social para grupo vulneráveis. Quer dizer, é uma frase que cai absolutamente no vazio. E com essa forma de apresentação não impõe nenhuma exigência de fato: Assegurar assistência social. Mesma coisa o apoio essencial. Depois disso, no prazo de 180 dias... Por exemplo, o item 27 fala fazer (incompreensível) intervenções necessárias no nível da operação do sistema de transportes. Ora, fazer levantamento é uma coisa, acontecer, realmente uma intervenção é outra, que depende da Secretaria. Então programas e projetos existem “a rodo”, então a gente não tem como garantir que essas exigências que estão constando no DECONT realmente se transforme em algum benefício para região que está sendo afetada, beneficiada, ou onerada por uma Operação Urbana. A mesma coisa são os estudos de obras e drenagens. São estudos. Estudos nós temos aos montes. Inclusive temos um novo para a própria Bacia do Cordeiro, que está com o projeto executivo a ser apresentado essa semana, e tem um novo estudo solicitado pela SMDU, que a gente não entende o porquê tem, agora, um estudo para a Bacia do Cordeiro, se nós já temos o projeto de macro drenagem, quase um projeto executivo. A mesma coisa são os programas de resgate, os programas de educação patrimonial, programas de levantamento de bens patrimoniais. Em que resultam esses programas? O que vai acontecer? O empreendedor vai apresentar os programas e daí? O que vem depois dessa exigência? Então o que a gente está chamando a atenção é que isso aqui não é privilégio deste projeto, há outros projetos que incorrem no mesmo



descuido. Nós entendemos que são descuidados. Porque realmente não há como exigir, embora seja muito promissor que os empreendedores tenham que obedecer isso aqui. Não há como garantir que nada disso seja cumprido. Com relação do alcance da área, neste projeto já está explícita essa direção, essa abrangência. E outros, essa abrangência surge depois de uma primeira Lei, que é o caso da Operação Urbana Água Espreada, que foi ampliada e que teve um impacto enorme nessa região, que não foi estudada originalmente neste projeto de Lei. Foi estudada posteriormente. Então isso daqui são comentários que a gente coloca, porque a gente entende que há como aprimorar este trabalho, que é excelente. Repito, eu tenho um respeito enorme pelo trabalho da Câmara e do DECONT. Mas há como melhorar, garantindo que todas essas providências resultem em benefícios para a comunidade como um todo, não só do local da operação. Obrigada.

Cons. Marcos Moliterno: Moliterno, Instituto de Engenharia. Eu queria deixar uma sugestão aqui, Secretário, de que os membros da Câmara Técnica, sejam listados os nomes dos conselheiros que participaram, antes da apresentação dos estudos. Para que os demais conselheiros saiba quem participou efetivamente, quem conhece a fundo o projeto. Eu acho que seria, para a próxima gestão, uma boa sugestão. Eu queria tomar a liberdade, Cristina, de fazer uma correção, eu acho que você está um pouco equivocada no que se refere ao licenciamento de áreas contaminadas em São Paulo. Primeiro, a CETESB não emite licença nenhuma para construir, isso é um equívoco brutal. Ela só diz se a área está remediada para os devidos fins, “para a utilização para os devidos fins”. E eu não conheço nenhum empreendimento que consiga passar, que tenha sido, no seu uso histórico, uma atividade considerada potencialmente contaminada, consiga o habite-se, ou o alvará de construção sem passar pelo crivo do DECONT ou da CETESB. Se você tiver algum, você me informa, que vai ser de grande valia. Porque eu estou trabalhando em um grupo de trabalho que está fazendo um procedimento para CETESB aplicar em situações de mudança de uso. Porque até hoje o que ela usa é remediação para área industrial. Que não vale para o caso do setor imobiliário. Então se você tiver algum, eu vou comunicar ao grupo para que sejam tomadas as devidas providências. Mas isso não acontece em São Paulo.

Cons. Cristina Antunes: Eu posso te passar, sim. A CETESB não emite licença de construção. Os incorporadores conseguem uma licença que lhes permite o risco de construir, desde que façam a remediação antes do habite-se. Então eu vou te passar dois casos bem fresco...

Cons. Marcos Moliterno: Eu vou te dizer como funciona isso. Depois ela precisa do monitoramento, durante dois anos o prédio está pronto e não consegue o habite-se. Portanto, ninguém faz isso. Fizeram há alguns anos atrás, aí quando quebraram a cara, com o prédio pronto, sem receber a parcela de financiamento, quase quebraram. Salvaram-se pelos (incompreensível).

Cons. Cristina Antunes: Eu te passo, então, esse caso. Só uma complementação, inclusive os jornais estão anunciando, já há alguns meses, que a principal queixa de compradores é contra esse problema de atraso na entrega dos apartamentos, por conta da falta de licença da CETESB, e que ao final conseguem com o processo de remediação em andamento. Mas tudo bem, eu te passo depois.



Secretário Eduardo Jorge: Isso também eu quero ver. Eu quero ver, porque não conseguem. Mas como a Cristina vai apresentar, esse caso que ela vai denunciar, vamos ver, a Regina vai analisar, pode servir de exemplo. Mas não consegue. Isso pode ter sido em gestões anteriores. Nesse DECONT aqui, não tem. Vamos ver, a Cristina vai trazer isso. Vamos continuar outro assunto.

Cons. Cristina Antunes: Não quer que eu coloque na Ata, eu posso dar um caso já.

Secretário Eduardo Jorge: Não. Você vai entregar aqui, para a Regina. Porque ela é a tutora para não permitir que isso aconteça. Mas vamos ver. Vamos adiante no assunto nosso aqui. Eu queria só complementar, como disse o Moliterno, é muito importante que os conselheiros, que são voluntários nas Câmaras Técnicas, sejam homenageados, porque 16 reuniões como essa daqui, nas outras Câmaras Técnicas, não é brincadeira o trabalho que isso tem tanto para o pessoal representante da sociedade civil, quanto do governo, que participam dessas Câmaras Técnicas. Eu acho que a Secretaria quer agradecer esse trabalho tão intenso, para se chegar em um momento como esse. É um resultado, às vezes de meses, até de ano, para a gente chegar a um consenso razoável. Não é, nunca, o que todos querem, mas um consenso razoável, que tenha condição de aprovar e servir de referência. Uma segunda observação muito importante, é ver como é bom a democracia, esse conceito da cidade compacta, quando a Secretaria do Verde começou a discutir isso em 2005, 2006, foi objeto de muito bombardeio. Muito bombardeio, inclusive dentro do próprio governo. Hoje, o Secretário Bucalem é quem está na SMDU, encarregado de rever a orientação das operações urbanas que não seguiam este conceito anteriormente, ele é um verdadeiro campeão deste conceito aqui na cidade de São Paulo. Todas as operações urbanas estão passando por essa orientação. Por que eu acho uma coisa importante, e porque eu acho que a gente deve acreditar na democracia? Quando você tem uma proposta que tem dados, mesmo que haja objeções, e é natural que haja objeções quando aparece uma coisa nova, se você tem dados e esses dados são consistentes, ele vai avançando. O conceito vai avançando. Ainda existe, hoje, muito um conceito que eu considero conservador na nossa sociedade, principalmente nos nossos bairros de classe média, que a gente tem o metrô, tem transporte coletivo razoável para bom, e, no entanto, a gente resiste, resiste a qualquer adensamento. E sempre o pretexto é o seguinte: se adensar vai ter mais carro. Não. Não necessariamente. Não necessariamente. Você pode restringir, inclusive, a oferta de estacionamento de automovais e direcionar o transporte para o uso intensivo do metrô, coisa caríssima, que o povo todo investe e não pode ficar à disposição de um bairro totalmente em rarefeito. É injusto. Socialmente é injusto que isso aconteça. Então aos poucos esse movimento e essa discussão vão avançando na cidade. Mas existe ainda muita resistência a isso. É inclusive, eu considero, como morador de um bairro de classe média, uma posição egoísta nossa. Egoísta. Eu vou mandar o povo para onde? Para os mananciais? Para os outros municípios? Para cima das áreas de risco? Quando se tem uma cidade que já tem uma estrutura com possibilidade de absorver tanto setores ricos, de classe média e trabalhadores mais pobres, se houver um adensamento racional. "Ah, porque toda verticalização é irracional." Não. É duvidar dos arquitetos e engenheiros brasileiros. Se é possível ter um adensamento equilibrado, com insolação, com o aumento de permeabilidade, com aumento de área verde, com articulação com o transporte público na Dinamarca, por que o arquiteto e o engenheiro brasileiro, o empreendedor imobiliário brasileiro é menos capaz do que esse dinamarquês? Então essa é uma coisa muito importante que nesses 7, 8 anos, eu acho que a cidade avançou de forma insuficiente. Toda hora aparece uma denúncia de que



vai se verticalizar aquele tal local. Verticalizar é bom ou mal? Essa é a questão que tem que ver. É uma má ou uma boa verticalização? É um mal ou um bom adensamento? Nesse sentido, essa questão da Água Branca que eu venho acompanhando, eu estou me despedindo do Conselho da EMURB, mas acompanhando muito, porque no Conselho da EMURB essas discussões também se dão o tempo todo, essas operações urbanas, e eu vi esse último modelo, ao qual a Ros Mari referiu-se, e que o adensamento, inclusive, chega... as elaborações da SMDU é que o adensamento, inclusive, respeite uma composição social equilibrada. Isso é uma mudança completa nas operações urbanas aqui em São Paulo. Porque Operação Urbana, aqui em São Paulo, foi mandar a população, as antigas, mandar a população pobre para mais longe e ocupar com adensamento comercial ou imobiliário, de moradia, para três, quatro dormitórios, onde moram três, quatro, cinco pessoas. Na verdade, não havia adensamento. Essa preocupação nova, agora, que vem seguindo orientação do Secretário Bucalem, chega ao detalhe, que eu espero que a Lei contemple, Vereador Gilberto Natalini, de inclusive prever cotas. Tem que ter cotas para a população mais pobre, tem que ter cotas para a população de mercado popular, tem que ter cotas para classe média-média, e depois tem que ter uma cota para quem é rico. Não sei por que uma Lei não pode se chegar a esse detalhe. A gente chega em vinculações orçamentárias, que é coisa muito mais complexas, não é? Quanto mais uma vinculação desse tipo. Mas isso é uma coisa que eu acho que a Câmara, como é uma questão nova também e muito polêmica, cabe à Câmara chegar e ter a coragem de expressar esse, vamos dizer assim, esse amadurecimento, esse desejo, que é o desejo do governo hoje. Chegar aqui uma decisão de colocar isso com detalhes, não é o caso, mas na Lei pode. E o espírito da Lei tem que contemplar isso. Tem que garantir isso. Tem que garantir isso para evitar que a lei do mais forte se implante no local. Então essa é uma questão que eu, com a testemunha e a presença do Secretário Bucalem, eu queria fazer. Porque é uma justiça que a gente tem que fazer à SMDU nesse processo todo. E finalmente, eu acho que com essa licença aqui, a gente bate um recorde de transparência, porque teve muita reunião. É claro, a Ros pediu outra audiência, pediram outra audiência, não acaba nunca. Porque, pedir audiências, audiências, não cada vez mais. Mas de toda forma, de toda forma, Ros, a gente teve bastante discussão. Poderia ter mais? Sempre pode ter mais. Sempre pode ter mais. Mas tem que chegar uma hora que a nossa tarefa fecha e manda para outra instância. Porque imagina o trabalho e a quantidade de debates, audiências, que vai ter ainda na Câmara, para decidir uma lei em uma área tão preciosa como essa, que é ali no coração da Lapa. Então eu acho que a gente, nesse ponto também, cumpriu esse trabalho. E aí, já aproveitando, não sei como vai evoluir isso aqui, tem outros pontos de pauta, mas como é a última reunião deste Conselho, um Conselho que produziu muito, trabalhou muito, discutiu muito, e vai trabalhando até o último dia dele. Agora, eu acabei de receber um telefonema, lá da Zona Sul, metendo o pau em vocês e em mim, na Regina principalmente, porque não licenciou ainda, por exemplo, não deu a Licença Ambiental Prévia da reurbanização do Córrego Ponte Baixa. Estão lá, metendo o pau na gente, na Zona Sul. Você vê, é uma situação, da cidade, de pressão. Aqui, eu testemunha de como o Conselho trabalhou, de como o DECONT trabalhou intensamente, e ao mesmo tempo o povo achando que a gente tem que trabalhar mais. É assim, a cidade de São Paulo é infinita. É infinita. Assim eu queria aproveitar essa minha intervenção, e não voltar a falar nisso, para agradecer o trabalho de todos os conselheiros, tanto do setor público, como do setor da sociedade civil. Deve haver uma renovação, acho que já está marcado a posse do novo Conselho. E esse novo Conselho já vai ter projetos enormes, importantíssimos para discutir. É Ponte Baixa, é



Nova Luz, é outro trecho de metrô, vem aí correndo, para a gente trabalhar e fornecer esses estudos que a gente tem fornecido para a cidade.

Cons. Pedro Algodoal: Eu vou repetir um questionamento que eu fiz durante a apresentação pela SP Urbanismo, no seguinte sentido, eu vi até pelo que o André falou, que há um esforço grande com a manutenção e ampliação das áreas permeáveis. Mas eu queria lembrar que toda Operação Urbana está em uma área de várzea. Uma área de várzea, a gente tem terrenos com lençol freático alto e terreno de solos de baixa permeabilidade. Então eu tenho receio que essa medida fique pouco eficiente. Em um tipo de configuração geográfica que está inserida a Operação Urbana, o ideal seria aumentar a permeabilidade, a retenção, nas áreas de cabeceira. Ou seja, nos bairros do Sumaré e da Pompéia. Então eu acho, a minha sugestão de novo, seria que se estudassem, medidas de transferir esse investimento em áreas permeáveis, para benefício da própria região, seriam nas áreas de cabeceira, fora da área do empreendimento. Quer dizer, seria nos bairros, principalmente, do Sumaré e da Pompéia. Isso pode ser feito... A gente pode até ter uma conversa sobre isso, eu me coloco à disposição, porque a gente pode colocar calçadas permeáveis nessas áreas, pode colocar outros dispositivos de retenção, de infiltração nas cabeceiras. Isso vai ser muito mais eficiente, do que a gente... Inclusive já teve um empreendimento aprovado nessa região, onde havia a exigência de impacto zero. Só que para você infiltrar a água ali, naquela região, se mostrou tecnicamente inviável, por causa do lençol freático. Então a opção que se teve foi reter essa água, quer dizer, criar reservatórios nos subsolos das vias desse empreendimento, para lançar na via pública. Mas a gente sabe que o ideal seria a gente, também, trabalhar com a permeabilidade, mas lá é, eu insisto em dizer, desculpa, a eficácia desse tipo de exigência é muito baixa. Aliando essa questão com a exigência que há de se fazer um plano de drenagem dessas bacias, a gente pode até colocar essas medidas de retenção, infiltração na cabeceira dessas bacias, no âmbito dessas exigências que foram colocadas. Sobre isso, eu queria só entender um pouco como ficou. Porque está sendo exigido um plano de drenagem dessa bacia e um projeto de drenagem... Para mim não ficou muito claro como vai ser, o que a SP Urbanismo vai ter que atender nesse conjunto de obras. Se aquilo que já foi apresentado para as bacias do Sumaré e do Água Preta é suficiente, só estendendo para os 3 outros córregos, ou se seria uma coisa mais abrangente. E o que seria isso. Isso, para a gente, não ficou claro. Como a Cristina Antunes mencionou o caso do Cordeiro, eu só queria esclarecer, eu já esclareci pessoalmente, mas eu acho que vale a pena só fazer um parêntesis sobre o Cordeiro. A equipe da SIURB está em sintonia com a equipe da SMDU. E esses dois planos são complementares, o plano de obras que está sendo implantado agora, que vai ser implantado agora na Bacia do Cordeiro vai ser complementado pelo plano que a SMDU contratou. Eu até pediria o apoio do Secretário, para a gente fazer um texto conjunto de esclarecimento quanto a essa questão. Eu acho que não há intenção de manter essa dúvida, e esclarecer bem o caráter de complementariedade dessas duas intervenções, do plano da SMDU e do plano de obras da SIURB. Isso, tecnicamente, já está equacionado entre as duas Secretarias. Mas eu acho que vale a pena um texto esclarecedor, para divulgar para a população. Obrigado.

Vereador Gilberto Natalini: Bom dia a todos e todas. Em primeiro lugar eu queria parabenizar aqueles que trabalharam de forma mais direta com esse projeto, particularmente a Câmara Técnica, pela excelência do trabalho. Pela excelência do trabalho técnico e pela paciência democrática de saber costurar um documento que vai servir de norte para que as coisas sejam feitas. Isso não é para qualquer governo, não



é para qualquer governo. Eu vivi, no passado não muito distante, comigo mesmo, em várias ocasiões, cães da Guarda Civil Metropolitana correndo atrás da gente, porque nós estávamos contra determinado tipo de construção, de atividade da Prefeitura Municipal. Negativas de conversas a respeito de projetos importantes que aconteceram, que depois foi provado que nós estávamos certos. Foram modificados. Em um passado não muito distante. Eu não tenho visto os cães da Guarda Civil Metropolitana, ou da Polícia Militar, atacar nenhum munícipe por discordar desse, ou daquele, ou de outro projeto. Eu tenho visto mesa de negociação, conversas. Nem sempre as posições que a gente tem são vitoriosas. Mas isso é uma coisa digna de nós louvarmos, porque é um avanço no processo de conversação. E essa construção democrática é muito complexa em uma cidade como São Paulo, muito difícil. Nós temos mesmo que estarmos alertas, cobrando, presentes. Mas reconhecendo que as coisas têm feito de uma forma mais suave, mais de entendimento, mais democrática e menos autoritária. A prova disso são as reuniões e os entendimentos que foram feitos nessa documentação que foi mostrada aqui. Segundo lugar, eu queria colocar que eu concordo com o que foi dito, de que se houver enterramento dos trilhos é preciso que se faça um outro estudo de impacto ambiental. Acontece que a proposta de enterramento dos trilhos é uma proposta de outra Operação Urbana, não é dessa. E obviamente será necessário, obrigatório, que haja um novo aprofundamento, um novo estudo, uma nova autorização para que isso seja realizado. Até onde eu conheço, não há incompatibilidade entre as duas questões. Agora, obviamente, como é uma outra Operação Urbana, Operação Urbana Lapa/Brás, é outro assunto que está contido na mesma região, deverá, obrigatoriamente, haver um novo Estudo de Impacto Ambiental. Isso é o que a Lei prega e o que o bom senso aconselha. Eu acho a palavra assegurar um verbo muito forte. Assegurar é assegurar. Não é assegurar pela metade. Então quando está escrito assegurar, se não assegurar está descumprindo a própria assertiva da palavra. Aí todas as medidas cabíveis de não ter assegurado aquilo que foi escrito tem que ser tomadas, por todas as pessoas. Então eu acho que a palavra assegurar cabe bem na documentação e dá uma bela garantia de que as coisas vão acontecer. E por último, eu queria dizer a vocês, estou muito feliz de estar aqui, não sei se volto ou não volto, não sei como vai ser. Mas estou muito feliz de estar aqui. Mas se por um acaso não voltar, eu devo ser novamente o presidente da Comissão de Meio Ambiente da Câmara, que por, vamos dizer assim, extrapolação de funções tem também colocado a questão ambiental juntamente com a discussão das coisas do urbanismo da cidade de São Paulo. Toda quinta-feira, às 10h00min horas, esse ano, nós teremos reuniões. As reuniões são abertas. É mais um fórum para as pessoas irem, levarem as suas angústias. Eu até sinto falta, às vezes, da presença das pessoas lá. Mas estamos lá, à disposição, com os microfones abertos, tudo muito tranquilo, para que a gente possa discutir, debater e estudar as questões que não estão em conformidade com os interesses da cidade. Então eu queria agradecer muito a maneira como eu fui recebido aqui nesse Conselho, a forma como se deram as discussões, estou muito feliz de participar. E espero que haja possibilidade da Câmara me reenviar aqui, para o próximo mandato do novo CADES que vai acontecer. Obrigado.

Cons. Yara Toledo: Em primeiro lugar, quero parabenizar aos empreendedores da Operação Urbana Consorciada Urbana Água Branca. E também, estou muito preocupada em relação quanto às exigências da Câmara Técnica na questão se serão cumprida quando na LAI. Além dessa preocupação, também, se as condicionantes, quando na solicitação da LAI se serão cumpridas. Gostaria de parabenizar também o desafio, porque é uma questão difícil, em uma região difícil. Parabenizar a Câmara



Técnica. E também as devidas atenções nas colocações da Ros Mari, da Cristina e os demais conselheiros nas suas colocações pertinentes à questão. É só.

Cons. Ros Mari: Eu quero aproveitar e complementar a preocupação do colega Algodoal, e até aproveitando que a SMDU está aqui, para que eles se manifestem. Eu concordo com o colega. Só para você ter um quadro, Algodoal, de como está essa questão da drenagem, quando nós tivemos a hipótese 1 do plano urbanístico geral, nela estava contemplada o estudo das duas bacias de drenagem, Água Preta e Sumaré. E a solução, a alternativa tecnológica para resolução dos problemas passava por ampliar os coletores. Bem, houve uma discussão muito grande aqui, no CADES, eu acho que não se reportou só à Operação Urbana Água Branca, mas a várias outras, de que esses estudos pontuais de micro bacias de drenagem acaba sendo uma coisa muito complicada em uma cidade que tem, como você bem colocou, as características de São Paulo. E aí a sociedade civil, eu creio que a própria mídia, veio batendo muito nessa tecla, ao ponto de, Vereador Gilberto Natalini, o senhor até estava aqui conosco na oportunidade, foi contratado um estudo, por parte do atual prefeito, para o Departamento de Hidráulica da Escola Politécnica da USP, para que fosse feito um Plano Diretor de drenagem do município como um todo. Eu, reiteradamente, isso eu posso até recolher nas várias atas que são transcritas na íntegra, tenho solicitado, e não sou atendida, até fiz a última solicitação, a Miriam é testemunha, na última reunião da Câmara Técnica, de que já está no momento de se apresentar o estado da arte desse estudo. Ele começou há muito tempo, não importa se está finalizado ou não, mas eu gostaria que a equipe da Escola Politécnica viesse mostrar em que pé está. Isso, em que pese eu ter pedido que isso conste em ata, nunca foi incorporado. Mas tive, de parte do Secretário em uma das oportunidades em que coloquei isso, que toda e qualquer ação no que tange a questão de drenagem nas operações urbanas consultar-se-ia a equipe que está desenvolvendo o plano, para ver se o que está sendo proposto tem aderência, vai ao encontro, tem convergência com a tal visão mais holística da macro drenagem da nossa cidade. Depois eu fiquei mais perplexa, e aí eu não posso te dizer, Algodoal, eu preciso confirmar se o meu entendimento foi correto, ao ver, há duas semanas atrás, no Estadão, que estava sendo contratado um outro plano de drenagem de seis... É isso? Seis ou cinco, não me lembro. De seis. Que ao meu entender não é esse, não é o da Poli. É mais um. Não é? Então, quer dizer, a gente fica perplexa, porque o que deveria estar sendo feito é terminar o da Poli. Pagar o que está sendo pago. Aliás, muito dinheiro está sendo pago. Para que a gente saiba quais são as diretrizes do que a Poli vem desenvolvendo e como essas coisas se inserem. Por outro lado, Algodoal, já desde o início da discussão na Câmara Técnica, os colegas do DECONT, o próprio Pedro participou deste debate, eu acho que fomos, inclusive, convergentes nesse entendimento, de que se necessário fosse, para a melhoria da drenagem, do perímetro, que houvesse qualquer tipo de intervenção nas cabeceiras, que isso fosse pensado. Porque a drenagem não respeita um divisor político-administrativo. Concorda? Não é porque chegou na Operação Urbana, ali no limite do perímetro, que fala: "Bom, agora em sua água, eu não posso ir para cá, eu só vou para lá." Não existe isso. Então se identificado fosse, pelo estudo da Escola Politécnica, de que é importante interferência nas cabeceiras de drenagem, para melhorar a situação no perímetro, é óbvio que a sociedade civil seria totalmente favorável. Isso, depois, vai para o próprio Conselho Gestor. E que se utilizasse até recursos da Operação Urbana atual, ou futuro, para isso. Porque eu acho que a economia a longo prazo seria imensa. Assim como está sendo usado recurso da atual Operação Urbana Não Consorciada da época do Maluf, para que o DPH, para que o nosso colega Walter Pires que já está com o Termo de Referência pronto, proceda a



uma varredura de todo patrimônio, que no caso do EIA-RIMA ficou muito aquém. Assim como está sendo usado recurso, também, para fazer o levantamento de todo o diagnóstico dos equipamentos, que o EIA-RIMA deixou muito aquém. E o EIA-RIMA também não levou em conta mudanças climáticas. A parte climatológica ficou muito aquém. Então eu acho que isso é uma coisa que tem que ser muito bem pensada pela equipe da SP Urbanismo, que está fazendo o estudo. Outra coisa que eu queria lembrar, só para não deixar, aqui, de pontuar, Vereador Gilberto Natalini, nós tínhamos duas favelas no nosso perímetro. Favela do Sapo e Aldeinha. Aldeinha foi literalmente dispersada. E a Favela do Sapo, o pessoal só não levou pontapé direto, porque a segurança terceirizada arrombou as portas dos barracos a pontapé quando nós fomos lá. E pedimos ao Secretário Eduardo Jorge que fosse ao local, e ele foi, justiça seja feita. Comunicamos, inclusive, o Secretário Bucalem também, de que a Polícia, não a Guarda Civil, era segurança terceirizada, dando pontapé nos barracos, para que o pessoal saísse de lá. Então essa questão de que não está havendo truculência não é tão assim quanto se fala. E felizmente a Favela do Sapo, hoje, tem o documento em mãos, que vai lhe dar a segurança jurídica, para que eles voltem ao perímetro, porque isso é, inclusive, exigido na própria Operação Urbana atual. E por fim, Secretário Eduardo Jorge, acho que eu não poderia deixar nesse último momento de frisar que é óbvio que qualquer grupo que tenha o mínimo de inteligência e entende o que é um conceito de cidade compacta, no momento em que o planeta vive as ameaças de mudanças climáticas graves que nós temos que enfrentar. Só que eu gostaria de dizer o seguinte, ninguém é contra o conceito, quando ele é bem conceituado, quando ele é bem utilizado na prática. O que nós somos contra é utilizar-se de um conceito de cidade compacta, que é usado em todo mundo, em outros países capitalistas avançados, para justificar única e exclusivamente liberação de índices construtivos, para atender interesses do mercado imobiliário. Então, quer dizer, isso nós somos contra, sim. E devemos continuar batalhando até quando pudermos, e monitorar, inclusive, para que as exigências possam ser cumpridas. E vão ao encontro, eu concordo plenamente, Secretário, de termos um território diferenciado, um território que tenha diferen...*inaudível* .. Eu sou a primeira a defender isso. Agora, nós temos que garantir que isso, de fato, Vereador, conste na Lei. Nós contamos com o seu apoio, porque o senhor sabe que a Câmara é uma incógnita. Então nós vamos precisar de muito trabalho, muita pressão, para que essas variáveis importantes que nós estamos lutando para que a Operação Urbana tenha, de fato, elas constem em Lei. Era só isso.

Coordenadora Helena Magozo: Tem mais algum conselheiro ou conselheira que queira se manifestar? Então com a Cristina, nós encerramos as manifestações.

Cons. Cristina Antunes: Pegando o gancho da Ros Mari, Vereador, a palavra assegurar não assegura. Primeiro, porque tem conceitos diferenciados. O que é assistência social para grupos vulneráveis? É isso. A gente pode achar que se assegurou. O empreendedor pode achar, não, a favela é sub-habitação, então nós temos que tirá-los de lá. Nós já discutimos isso aqui anteriormente, que o projeto tem que dar conta de ter habitação pronta, não é projeto habitacional para ser executado ao longo de 3, 4 anos. Tem que ter pronto no momento de transferir essas famílias. Isto é o entendimento que deveria estar implícito dentro desse “assegurar”. O entendimento do que é “assegurar” não dá eficácia à intervenção. Nossa questão é essa, semântica. É uma arapuca. Porque as pessoas entendem que isso aqui está assegurado. Olha aí que bom, olha aí. (incompreensível) tem que assegurar. Mas que jeito eles vão fazer isso? Isso aqui é, realmente, inócuo. E com relação à essa sobreposição de projetos, a nossa questão... eu conversei realmente com o Pedro, conversei com Gesilda, porque



nós ficamos muitos alarmados quando saiu, há 15 dias, no jornal que acabou de ser contratado um estudo para 6 bacias, inclusive a do Cordeiro. Em cima de um projeto que nós estamos discutindo há, pelo menos, 3 anos, com a Secretaria, e que, de repente, na hora que já devia ter começado, porque já está atrasado, aparece um estudo para a Bacia do Cordeiro. E eu comentei com o Pedro: “É complementar ou quer dizer o quê?” Faltam itens, faltam intervenções previstas. Faltam ações. E, obviamente, eu vou morrer falando do dreno do Brooklin, porque não está contemplado no projeto da Sub, e a expectativa é que agora, oba, vem um estudo da SMDU, então, de repente, eles vão lembrar que existe o dreno do Brooklin que é o grande gargalo, lá na nossa região, que causa enchentes. Agora, falei com o pessoal da Poli, falei com o professor Tadeu e, ele, prudentemente... pedindo uma reunião, exatamente para isso. A gente quer entender o que é isso. Nós não podemos questionar o que a gente não entende. Eu quero entender o que é isso. Que estudo é esse e que diferença isso vai fazer em um projeto que está para ser iniciado, e cujo projeto executivo já foi adiado. Era para ter sido apresentado no final de novembro, começo de dezembro. E duvido de o dó que vai ser apresentado, não é, Pedro? Porque do jeito que eles estão, eles não conseguem atender as exigências do DECONT em mais 3 dias, se a empresa de Campinas sequer conhece a região. Tem outros detalhes aí, que a gente pode conversar em outra hora. Agora, o Tadeu pediu que a gente solicite à SMDU autorização para ele nos receber. Entendo, está bom, ele está contratado pela Secretaria. Então precisamos que a Secretaria ofereça este contato. Ou nos apresente este projeto. O Luiz Aurélio, que é quem está coordenando, está de férias, volta no dia 2, nós mandamos um ofício, já, solicitando essa apresentação, essa reunião. E se isso daqui puder ser feito no CADES, tanto melhor, porque dá muito mais consistência, dá muito mais solidez ao posicionamento que vai ter que ser tomado e a todos os questionamentos que pode ser feito, não só pela entidade que está diretamente afetada, que é lá da Ciranda, toda região. Porque são procedimentos que são difíceis da comunidade entender. Por que esta sobreposição de projetos? Nós estamos repetindo isso, Secretário, há anos. Nós temos projetos demais e não tem execução desses projetos. A gente morre na praia, porque passa para a gestão seguinte, nós vamos viver isso o ano que vem, porque tem um caminhão de projetos, o prefeito está deixando aí contrato assinado, e os projetos não são executados. Então eu quero reiterar a solicitação da Ros Mari com relação que esse projeto seja apresentado aqui, os dois. Se um é anterior e esse é outro, que sejam apresentados aqui. Muito obrigada.

Secretário Eduardo Jorge: Obrigado, Cristina. Amigos é quase meio-dia e tem gente aqui que... Ah, 11 horas. Pensei que fosse meio-dia. Estou preocupado com quem mora longe. Foram encerradas as intervenções. A Regina e a equipe quer fazer algum comentário, para passarmos à votação, porque ainda temos outros pontos. A questão do Cordeiro, da drenagem, segunda ou terceira, o Bucalem está aqui, a gente podia até conversar no final. Mas vamos encerrar este ponto, deixe o Cordeiro para depois, e as várias drenagens para depois. Vamos nos concentrar nesse aqui. Regina, por favor, e a sua equipe.

Cons. Regina Luisa: Eu quero fazer dois comentários sobre a colocação do Algodoal e da Cristina. Assim, eu acho que quase toda reunião de aprovação de EIA-RIMA, a gente tem que relembrar lembrando que o processo de licenciamento ambiental começa aqui, com a aprovação do EIA-RIMA, ele não se esgota aqui. Esse Conselho não emite licença. O poder de polícia-administrativa é do poder público, então quem vai emitir a licença é o órgão ambiental local. O que acontece? Hoje, a gente está aqui para discutir a viabilidade do empreendimento e estabelecer algumas condicionantes



que possa garantir a mitigação dos impactos. E, no caso, não compensação. De modo que... Quando a Cristina fala: que vocês pedem muitos planos, muitos programas e tudo mais, nós pedimos porque nós, daqui para frente, vamos fazer a nossa parte, vamos continuar fazendo o nosso trabalho, que é fazer o licenciamento, a gestão. Porque o licenciamento é instrumento de gestão ambiental. Então ele vai apresentar os planos, nós vamos acompanhar, durante sei lá quantos anos que isso vai acontecer, porque mudam os governos e isso tudo é dentro do regime democrático. Mudam os governos, mudam as prioridades, mudam as pessoas, e nós que estamos aí há alguns anos trabalhando nisso, a gente, hoje, já, administra isso com bastante tranquilidade. Quando éramos mais jovens ficávamos inconformados com a mudança do governo. Hoje, a gente tem um outro comportamento com relação a isso. Muitas exigências que nós fazemos é porque nós sabemos, nós estamos vendo, lá na frente, uma eleição que vem vindo e as coisas podem ser alteradas, e a gente pede esses planos e nós vamos analisar. Isso é obrigação nossa de fazer. Isso não é uma exigência inócua. É porque assim, o Conselho quer ver as coisas, aqui, realizadas. Muitas coisas que alguns conselheiros propõem, muitas vezes, são para licença de instalação. Em uma Operação Urbana, na LAP de uma Operação Urbana, uma coisa que a gente aprendeu desde a Operação Urbana Faria Lima, em 96, o que acontece? Não existe, por exemplo, emissão de Licença de Instalação de Operação Urbana. Nunca vai existir. O que existe é assim, a Operação Urbana tem um conjunto de obras associadas e um conjunto de intervenções, sendo que algumas delas geralmente, quando é algum reassentamento de população, uma execução de área verde, muitas não estão sujeitas a licenciamento. Agora, a intervenção física, que é o caso que o Algodão está falando, que nós já sabemos de antemão que vão ser objetos de licenciamento ambiental. E, hoje, nós não temos detalhes suficientes dessas intervenções, e o momento em que elas vão ocorrer, ou como elas vão ocorrer, de modo que a gente... nós, agora, estamos pedindo o plano dessas intervenções, tudo sobre essas intervenções que se pretende fazer. Para quê? Para que na época que o empreendedor precisar de uma licença de instalação para executar uma intervenção no viário e na drenagem, ele... existe uma exigência que impõe a ele uma apresentação desses estudos. Para que ele não apresente uma canalização de 500 metros e tudo bem. Alguma coisa desse tipo. Era isso que eu queria falar. A minha equipe quer fazer também alguns comentários.

Eduardo Mendes: Só detalhando um pouco mais o que a Regina já falou. Com relação aos projetos de drenagem, o que aconteceu ao longo do processo de licenciamento foi que foram apresentados estudos de 2 córregos. A região da Operação Urbana tem 5 córregos. E para esses 2 córregos, o estudo diagnosticou uma situação e houve 2 projetos, um para cada córrego. Como foi apresentado é difícil dizer, sem o estudo dos outros córregos, se isso é suficiente, se é a melhor solução, se não é. Por isso que a gente achou que era a melhor solução e pediu aqui, entre as exigências, que houvesse um estudo de todos os córregos para dar um diagnóstico da região como um todo. E a partir daí se avaliar qual será a melhor solução. E essa solução exigirá um processo de Licenciamento Ambiental, conforme a 61/CADES já pede. Ou seja, a gente vai ter duas etapas, uma primeira de diagnóstico dos 5 córregos e uma segunda de Licenciamento Ambiental propriamente dito. Com relação ao texto das exigências, das condicionantes, a gente apresenta muito rápido, a gente deveria frisar algumas questões. Talvez vocês tenham notado que as condicionantes são divididas em dois grupos: Recomendações para o projeto de Lei, para a Câmara na verdade e exigências mesmo. Ou seja, o primeiro grupo de condicionantes, que são essas 18, elas são recomendações mesmo. Elas não são exigências. São recomendações porque vão para a Câmara. A Câmara não é o empreendedor. O DECONT, a Secretaria, não pode impor exigências para a



Câmara. Então elas vão como recomendações, o projeto de lei vai ser elaborado, depois pode ser apresentado, como alguns conselheiros pediram, e a Licença pode até ser revista. Então a primeira parte são recomendações mesmo. Não é descuido da equipe. São recomendações. E a segunda parte, quando a gente fala em estudos, vocês podem ver que os estudos estão sempre associados à programas e projetos. Não são só estudos. O empreendedor não vai só dar um estudo e fica por isso mesmo. O estudo vai dar um diagnóstico, e a partir desse diagnóstico um programa vai ser elaborado e vai ser fiscalizado pelo DECONT. A obra que exigir LAI, a primeira coisa que avaliamos é como está o cumprimento das exigências da LAP. Então não é só apresentar um estudo. O estudo gera projetos e programas que vão ter que ser cumpridos.

Nádia Scheffer – DECONT: Complementando o que foi dito pela Regina e o Eduardo. Em caso de alguns desses programas solicitados, e planos, não foram apenas soluções dadas pelo DECONT, foram frutos de consultas a outros órgãos, por imposição de legislação mesmo. Como no caso dos órgãos de Proteção e Patrimônio Histórico, Cultural, Arqueológico. E nesse caso, o IPHAN foi o único que apresentou, já, a sua manifestação nessa fase do licenciamento. E condicionou uma futura licença de instalação, no caso das obras de drenagem, de viário, à apresentação desses programas. E sem essa anuência do IPHAN nenhuma obra poderá ser executada. Algum desses programas, no parecer técnico do IPHAN e depois reproduzido no parecer do DECONT está sendo mencionado como seriam esses estudos, esses programas, para poder ser eficazes e ser autorizado pelo IPHAN. Os outros dois Conselhos não encaminharam ainda as suas manifestações, mas deverão ser consideradas, porque muitas vezes há variação de um Conselho para o outro. No caso das exigências relativas às questões sociais, a gente, como todas as exigências, os técnicos do DECONT não se basearam apenas em experiência própria. A gente parte, primeiro, para atendimento à legislações já específica, em especial o Plano Diretor Estratégico, da Subprefeitura Lapa, o Plano Regional da Lapa, o Plano Diretor da Prefeitura. E depois a gente passa para outras legislações. Em seguida, a gente procura atender a estudos já realizados nessa área. E no caso das exigências sociais, a gente procurou se basear no parecer da ONU, que prevê, já, esse tipo medida, para assegurar que as remoções, os reassentamentos sejam feitos com qualidade, envolvendo todas as pessoas que estarão nessas condições afetadas, nesse caso. E a gente, nesse sentido, que procurou essa medida. Muitas coisas a gente não pode ser mais incisivo porque tem algumas medidas que já poderiam ser apresentadas nessa fase do licenciamento, e não foram. Então a gente põe uma exigência para garantir que aquilo não seja esquecido. Mas, na verdade, está aguardando a complementação, envio de novos estudos. Algumas dessas exigências, a gente não pode já impor.: “Tem que ser cumprida e dessa forma.”, porque estão, sim, sujeitas a estudos. Às vezes a forma que o DECONT vê para solucionar aquela questão não é a forma que o empreendedor, depois de estudos, pode chegar a alguma conclusão. Às vezes até melhor e mais exequível. Então nesse ponto, a gente procura garantir que nas licenças sejam incluídas várias situações, para depois serem cobradas, nas outras fases do licenciamento.

Coordenadora Helena Magozo: Então vamos para a votação? Os conselheiros que são favoráveis ao parecer apresentado pela Câmara Técnica, por favor, levantem a mão. Algum conselheiro ou conselheira se posiciona contrariamente à aprovação do parecer? Alguma abstenção? Então nós temos 25 votos favoráveis e 2 abstenções das conselheiras Yara e Cristina Antunes. Então o parecer foi **aprovado** pela maioria dos



conselheiros. Eu pediria que fosse projetada a minuta das diretrizes do CADES a serem seguidas, para apoio do FEMA – Fundo Especial de Meio Ambiente, a planos, programas e projetos apresentados.

Cons. Cristina Antunes: Helena, tem inclusão de pauta? Eu solicitei por e-mail, mas não sei se já foi feita a inclusão de pauta.

Coordenadora Helena Magozo: Já passou. Seria para hoje.

Cons. Cristina Antunes: É, pelo menos colocar o assunto. Se for possível, pelo menos colocar o assunto. Eu estou, inclusive, com dois técnicos aqui, que tratam dessa questão dos resíduos. Eu acho que era importante a gente deixar isso registrado, pelo menos. Mesmo que não...

Coordenadora Helena Magozo: Está bom. Então registre agora.

Cons. Cristina Antunes: É que tem vínculo com essa questão dos resíduos, que está no edital do FEMA, que saiu a semana passada.

Coordenadora Helena Magozo: Inclusive nós divulgamos isso para todos os conselheiros, que está disponível.

Cons. Cristina Antunes: O que está acontecendo é que nós estamos tendo alguns problemas evidentes com relação à política de resíduos que a cidade está adotando. Eu vou dar só um exemplo, eu queria passar a palavra para os técnicos, para eles mencionarem rapidamente qual é o ponto principal, pode ser?

Coordenadora Helena Magozo: Você elenca que você gostaria de incluir esse ponto na pauta. Então está registrado isso, Cristina. Depois a gente vai discutir esse assunto.

Cons. Cristina Antunes: Mas a gente pode passar a palavra, depois, para os dois técnicos.

Coordenadora Helena Magozo: Depois dos dois momentos previstos na nossa pauta. Está bom?

Cons. Cristina Antunes: Está bom. Obrigada.

Secretário Eduardo Jorge: Só uma questão de ordem. Se nós podemos abrir uma exceção para o Secretário Bucalem fazer algum comentário em relação a pontos levantados pelos próprios conselheiros, porque ele vai ter que se retirar, inclusive drenagem, tudo. Aí nós abrimos uma exceção nisso, e o Secretário podia falar e comentar, deixar engatilhado algumas novas conversas. Tudo bem?

Secretário Miguel Luiz Bucalem: Obrigado, Secretário Eduardo. Gostaria inicialmente de agradecer ao CADES pelo convite para acompanhar essa discussão. Gostaria também de parabenizar a Câmara Técnica pelo trabalho muito detalhado, com muita dedicação que foi feito sobre o Licenciamento da Operação Urbana. E também gostaria de agradecer o Secretário Eduardo Jorge pelas colocações. Ele que tem sido um defensor muito forte, no município, das questões ambientais. Ele colocou com muita propriedade a questão da cidade compacta e como isso, efetivamente, pode colaborar



para que diversos desafios que a cidade tem possam ser equacionados. Do ponto de vista de evolução de Operação Urbana, eu queria comentar que nós estamos sempre procurando aprimorar. Eu acho que a proposição da atualização da Lei da Operação Urbana Água Branca é um movimento nesse sentido, onde se procura tornar efetivos esses conceitos da cidade compacta. Esse é o grande desafio. E, aqui, eu queria aproveitar a oportunidade para fazer um reconhecimento aos técnicos da SP Urbanismo, que tem muito se esforçado para traduzir em regramento esses conceitos, que como o Secretário mencionou, a evolução da discussão mostra que é algo que a cidade precisa e que está sendo reconhecido por todos como algo necessário. Nós precisamos ter certeza que isso seja traduzido em um regramento efetivo, para que ele se traduza em legislação, em obrigações para a sua implementação. Então, só para complementar a questão ainda ligada à Operação Urbana, obviamente a questão da Lapa/Brás, Operação Urbana Lapa/Brás, que prevê como diretriz o possível rebaixamento do sistema metroferroviário, é óbvio que isso vai ser objeto, depois, de uma discussão específica, de uma aprovação específica, de todo um processo que se iniciou, mas que terá que percorrer todos os passos. O que foi feito no esforço da Água Branca foi o seguinte, obviamente a Lei da Água Branca terá que valer independente de ocorrer ou não este rebaixamento. Mas é salutar que ela já preveja, caso ocorra esse rebaixamento, que não se faça investimentos duplicados. Portanto, é natural que as diretrizes que foram estabelecidas até agora sejam examinadas, para que o viário esteja preparado e não tenha que fazer duas vezes a mesma coisa. Mas, obviamente, nós vamos ter que percorrer todas as etapas de licenciamento no que concerne a um eventual rebaixamento do sistema metroferroviário nessa região. Acho que isso coloca as questões específicas da Água Branca. Eu queria passar a questão da drenagem. O que acontece? Nós, efetivamente, contratamos a elaboração do plano de drenagem para o Município de São Paulo, com o apoio da Fundação Centro Tecnológico de Hidráulica e temos trabalhado intensamente nesse plano, desde de dezembro de 2010, junto com as diversas Secretarias, Secretaria do Verde e Meio Ambiente, Secretaria de Infraestrutura e Obras, Secretaria da Habitação, Secretaria das Subprefeituras. De forma a cumprir o que foi estabelecido nesse contrato. Esse contrato tem vários componentes. Um dos componentes é todo o aspecto de plano de drenagem, de diretrizes de drenagem. E no próprio contrato estava previsto o seguinte, a Fundação Centro Tecnológico de Hidráulica não teria condição de fazer os estudos específicos de todas as bacias do município. E qual foi a estratégia utilizada? A Fundação daria apoio à Secretaria na elaboração dos Termos de Referência para os estudos específicos das bacias. E foram escolhidas, já no momento da contratação, 6 bacias prioritárias. Elas são prioritárias pela importância que elas têm no município, pela abrangência territorial e pela diversidade de condições de drenagem. E esses estudos seriam modelos para os demais estudos que também são necessários. Nós temos muitas bacias no município. Então o que se pretende, o que foi feito, é que dentro do escopo do plano de drenagem, a Fundação auxiliou a Secretaria a estabelecer um Termo de Referência muito detalhado. E qual o objetivo desses estudos? Esses estudos, eles vão para as bacias olhar de forma abrangente um conjunto de intervenções, que podem ser intervenções físicas, mas intervenções do ponto de vista de legislação, intervenções que pode ser obras de drenagem ou Parque Lineares, ou medidas mitigatórias, compensatórias. Ou seja, todo o elenco disponível de medidas para drenagem hoje, considerando o estado da arte, para que essas bacias progressivamente aumentem o seu grau de proteção contra as enchentes. Com um objetivo, isso vai ser examinado a possibilidade de atender esse objetivo, no longo prazo, de chegar a 100 anos de proteção, que é o que as grandes metrópoles perseguem hoje em nível mundial. Então esse foi o objetivo. Quando da divulgação desses estudos que foram citados aí, das 6



bacias, nós tivemos o cuidado de chamar os órgãos de imprensa que veiculam as informações, então foi chamada a Folha, Jornal da Tarde, Estado etc., e eu, Secretário de Infraestrutura Urbana e Obras, fizemos uma descrição desta abordagem. Ou seja, obviamente hoje há um conjunto de intervenções muito importantes, que corresponde ao plano de intervenções da Secretaria Infraestrutura Urbana e Obras, que é feita com todo cuidado e atende as demandas que a cidade tem, para equacionar questões de drenagem, que são muito importantes, já foram identificadas. Agora é importante que se tenha uma estratégia de longo prazo, para que se aumente progressivamente o nível de proteção para todas as bacias. E nós vamos iniciar com as 6. Agora, nesse conteúdo, que eu não conhecia a demanda do movimento, das associações, para conhecer, nós estamos à disposição. Se ele não deu resposta ainda é porque está de férias. Eu não conhecia. Mas em nenhum momento nós tínhamos recebido antes essa solicitação. Mesmo porque o Termo de Referência é público e já explicita claramente toda essa estratégia, que era fazer, primeiro, essas 6 bacias. De forma que está à disposição, se o CADES quiser, se as associações quiserem conhecer essa abordagem em detalhe, que ela vai procurar integrar. Obviamente, a hora que for fazer o estudo da Bacia do Cordeiro, que foi uma das escolhidas entre essas 6, essas obras vão ser consideradas e vai considerar adicionalmente tudo mais que pode ser feito, para no longo prazo aumentar esse nível de proteção para a bacia, para desejavelmente se atingir o 100 anos no horizonte de mais longo prazo. Então essa estratégia é uma estratégia que está organizada, está integrada entre as diversas Secretarias. E nós estamos à disposição para discuti-las, aprofundarmos e dar o conhecimento dessa abordagem, que é uma abordagem que tem sido feita de forma totalmente transparente e integrada com o município, procurando comunicar da melhor forma a sociedade civil. É natural que a gente comunique os órgãos de imprensa, e por questões de espaço etc., as informações não percorrem, às vezes, da maneira mais adequada. Nós estamos à disposição para detalhar, quantas vezes for necessário, a nossa abordagem para drenagem, que é uma abordagem integrada e que entendemos bastante consistente. De novo, eu queria agradecer mais uma vez, Secretário, pela oportunidade de vir mais uma vez aqui, ao CADES, acompanhar essa reunião e poder... Uma, houve uma série de manifestações aqui, que foram registradas mais uma vez, e na proposição da Lei vão ser levadas em consideração. E possivelmente esclarecer, como foi possível, falar um pouco também do plano de drenagem. Então eu agradeço. Obrigada.

Coordenadora Helena Magozo: Secretário Bucalem, em um outro momento, nós chegamos a conversar sobre o plano de drenagem, mas a posição foi de que estava em um momento muito incipiente em termos de estabelecimento de Termo de Referência. Mas eu acho que, ato contínuo, a gente já pode pensar após a posse do novo Conselho, de estarmos agendando essa apresentação. Vamos estabelecer um cronograma. Vamos para o ponto de pauta. É o seguinte: dentro do decreto que regulamenta, tanto o CADES como o Fundo Especial de Meio Ambiente e o Conselho do Fundo Especial de Meio Ambiente, há a previsão de que anualmente as diretrizes de apoio do Fundo a planos, programas e projetos sejam aprovados aqui, pelo Conselho. Nós, anualmente, temos feito isso, e essa minuta qual o critério de apresentação? Nós estamos mantendo nessa minuta, na verdade, as diretrizes que foram aprovadas em 2011, para avaliação dos conselheiros e eventuais acréscimos ou mudanças., Temos um texto base de partida, que vou ler aqui. xxxEssa de 2011, não considerem a questão dos preâmbulos, porque foi realmente a de 2011 que está sendo a base para 2012. Quais são os temas que essa minuta está propondo como diretrizes anuais para a utilização do FEMA em 2012 como proposta? Temas: proteção à



biodiversidade, fauna e flora; proteção aos recursos hídricos; melhoria da qualidade do ar; mudanças climáticas; ecoeconomia; expansão e conservação de áreas verdes e unidades de conservação; fortalecimento do sistema de fiscalização e controle da Secretaria do Verde; educação ambiental; cultura de paz e mediação de conflitos socioambientais; incremento ao uso de energia renovável e sistema de transporte coletivo, edificações e demais sistemas urbanos; incremento ao uso de modalidades não motorizadas de transporte; apoio à política de reciclagem e reutilização e redução de resíduos sólidos na cidade de São Paulo; apoio (incompreensível) intervenções de minimização de gases de efeito estufa na cidade de São Paulo; apoio às políticas de incentivo a sistemas produtivos de menor impacto ambiental; apoio à políticas habitacionais necessárias a implantação de áreas verdes e proteção à área de relevância ambiental; apoio à políticas de incentivo a serviços ambientais, incluindo estudos, inventários, diagnósticos e projetos de adequação ambiental de propriedades urbanas e rurais; apoio à criação e implementação de reservas particulares do patrimônio natural – RPPNs; apoio à implementação de sistemas de formação para ampliar a divulgação dos resultados da rede de monitoramento de precipitações meteorológicas, incluindo inventários, diagnóstico necessários; apoio à estudos e projetos para subsidiar políticas públicas relacionadas ao adensamento construtivo, impermeabilização do solo e a consequente produção das ilhas de calor no município de São Paulo. Eu queria dizer para vocês o seguinte, que complementarmente a esse momento que estamos vivendo, para as próximas reuniões, o Secretário executivo do CONFEMA e responsável pela parte de prestação de contas no FEMA, DPP, ele vem apresentar para os senhores o que foi apoiado em 2011 e o que está se prevendo para apoio mais direto em 2012. E um dos apoios previsto é, exatamente, o edital FEMA que está lançado, está aberto até final de abril, Edital FEMA número 9, para apresentação de projetos pelas entidades privadas sem fins lucrativos. Isso vai casar um pouco. Quer dizer, nós temos um escopo grande, de maneira que a gente preveja possíveis projetos que cheguem, tanto na política ambiental mais ampla, a gente não tenha uma questão de impedimento em estando nessa política. Mas é muito mais amplo obviamente. O FEMA não dá conta de... Dá conta de, parcialmente, apoiar, pelo recurso disponível, uma parte dos projetos que possam chegar nessa linha, com os editais que são lançados, e também os projetos públicos que são apresentados, que são abertos continuamente. Está aberto para o posicionamento dos conselheiros.

Cons. Cristina Antunes: Um dos itens que consta neste Edital é o fortalecimento do sistema de fiscalização e controle. Você já antecipou que o Rubens virá aqui. Mas a gente precisava Registrar, Helena, uma questão como entidade que está no segundo projeto com verbas do FEMA, e com olhar da otimização dos recursos que são utilizados no FEMA. Nós temos conversado com você sobre negócio de atividade fim, atividade meio, mas ao lado disso existe uma questão que eu proponho, em nome da entidade, que seja considerada no bojo dessas questões. Quer dizer, isso aqui vai ser aprovado, eu estou propondo antecipadamente que se inclua este olhar, esta questão. Nós temos uma restrição nessa parte de fiscalização e controle com relação à contratação de terceiros. Uma terceirização de determinadas atividades que passa por esse aspecto de ser atividade meio ou atividade fim, mas que de qualquer forma gera um ônus para o próprio Fundo, em termos de aproveitamento dos recursos. Eu vou falar muito rapidamente porque isso aqui não será discutido agora. A contratação de pessoa jurídica custa para a entidade e, portanto, para os recursos do FEMA 16,33%, quando é uma empresa de lucro presumido, ou de 6 a 12 se é uma simples. A obrigatoriedade de contratar um autônomo, que é das umas exigências com relação a atividade, exige a RPA. Um autônomo vai pagar, já quando ele vai ser remunerado,



11% de INSS e mais 5% de ISS, isso para o autônomo. Para entidade custa mais 20%, portanto, nós gastamos para contratar um autônomo 36% da verba. Quando esse mesmo autônomo pode fazer parte de uma empresa, mas ele tem que apresentar RPA como se ele tivesse fazendo isso como autônomo. Quer dizer, é uma exigência que na verdade não resolve algum problema de terceirização que eventualmente exista, e a gente entende que tem entidade e entidades. Assim como tem órgãos públicos e órgãos públicos. Nós estamos aí vendo, na televisão, a semana inteira, há 15 dias o desvio de verbas de empresas terceirizadas ou de autônomos que são terceirizados também. Também é uma terceirização. Então a gente pede, nós já temos falado isso nos outros projetos, a gente pede que esse aspecto seja considerado. Nós estamos jogando para o Governo Federal, estamos jogando para o INSS um recurso que é municipal, que é do público, é do povo, porque é um Fundo Público, e que é “mal gasto”, eu estou colocando entre aspas, nesse aspecto. A gestão desse recurso pode melhorar muitíssimo se não houver exigência que a gente não entende, realmente, no que muda na qualidade do projeto ou na seriedade da empresa. Não é nem uma empresa mais séria para fazer uma coisa ou outra.

Coordenadora Helena Magozo: Eu acho importante você ter colocado realmente reiteradamente, a equipe tem colocado isso para a gente. Nós temos uma justificativa legal para isso, que sempre foi na orientação do jurídico. Porque nós temos no caso, eu vou falar das entidades privadas sem fins lucrativos, o instrumento que é estabelecido com a Secretaria do Verde é um convênio. Então o entendimento do jurídico é que teria que ser realmente autônomo, não poderia ser uma nota fiscal ou uma nota de empresa, porque isso poderia dar a margens ao entendimento de que está sendo uma fuga de um objeto de licitação. Então eu acho que a gente conversa melhor disso em outro momento. Eu só quero explicar que a gente tem debatido claramente isso, a gente pode levar para uma análise mais aprofundada do jurídico isso. É uma coisa específica muito importante que tem surgido nos convênios, que a gente não vai se furtar de discutir mais abrangentemente, Cristina. Mas eu pedira que nesse momento nós nos ativéssemos à questão da votação em relação aos temas colocados. Tem alguma outra sugestão ou a gente ir para a votação, como vocês estão vendo isso? Vamos para a votação? Então os conselheiros que são favoráveis a aprovação das diretrizes apresentadas nesta minuta, por favor, levantem a mão. Os Conselheiros que são contrários aos temas ou se abstém? Por unanimidade foram aprovados. Nós vamos retomar isso, até quando o Rubens vier aqui e o Lucas também, a gente aproveita e fecha com o Conselho mais ampliado, com o CADES, essas discussões que têm suscitado dúvidas por parte das entidades, para podermos debater de uma maneira mais aberta. O Secretário já citou isso, nós estamos, hoje, na última reunião desse conselho. Nós temos a previsão da posse no dia 30, do novo conselho. Vai ser o ato breve na Secretaria do Verde, só de posse do novo conselho. Nós não publicamos antes para não dar uma confusão entre essa questão desse mandato, dos outros, porque várias vezes a gente já respondeu a dúvidas nesse sentido. Então será dia 30, sexta-feira, será na Secretaria do Verde. Vocês vão receber uma comunicação, todos vão receber, só estou antecipando. 30 de março, sexta-feira. É só posse na Secretaria do Verde. A UMAPAZ está entrando em um processo de reforma, essa sala está em pé, se vocês forem ver as outras salas já estão mudadas, em processo adiantado de mudança. Então nós vamos também ter, até o final do ano, uma mudança no nosso espaço de reunião. Nós estamos fechando alguns contatos com os secretários, a gente precisa do aval dele para estar confirmando isso, nós teremos isso na sexta-feira também, já definido. Vai ser sexta-feira, às 9:00 horas, no térreo da Secretaria do Verde. Vocês vão receber, os novos conselheiros vão receber essa comunicação.



Coordenadora Helena Magozo: Então nós vamos ao terceiro ponto de pauta, que hoje também é um ponto que tem interface com o FEMA, com o Fundo Especial de Meio Ambiente. Nós temos um projeto que foi aprovado no Edital 7 do FEMA, que refere à capacitação de conselheiros. E dentro desse projeto está prevista uma apresentação para este Conselho Municipal. Nós sempre temos buscado fazer uma integração, uma articulação dos Conselhos Regionais com o Conselho Municipal, reiterando a representação que eles contam aqui e a importância de estarem atentos, até como uma possibilidade de serem futuros conselheiros aqui, desse coletivo, a gente tem buscado fazer essa ponte. Mas aí é uma questão do projeto que foi apresentado pelo Instituto Paulo Freire e que foi aprovado, que está em execução, que previa essa apresentação aqui no CADES, e nós estamos dando a condição para eles fazerem isso. Quem fará essa apresentação é a Julia Tonshiske, que é então a representante do Instituto Paulo Freire. Obrigada.

Julia Tomchinsky: Bom dia a todas e a todos. É especial estar aqui para compartilhar esse projeto que a gente tem desenvolvido desde o meio do ano passado. Na verdade, não vai ser tão extenso, a gente combinou que teria de dez a quinze minutos para fazer um panorama e apresentar para vocês como ele está sendo implementado. E dizer para vocês que é muito especial, que a gente tem acompanhado as reuniões ordinárias e extraordinárias de Conselhos Regionais, e agora acompanhar essa do Conselho Municipal. E a gente sentir um pouco do que eles levam para essas reuniões ordinárias, aqui, nesse momento com vocês. Para começar aqui, o projeto é o Território Cidadão, vocês estão recebendo esse folheto. É um curso de formação de conselheiros cultura de paz e sustentabilidade. O grande objetivo é desenvolver processos de mobilização e informação dos representantes dos Conselhos Regionais da macro norte 1. Nós estamos trabalhando nas três Subprefeituras ali, que estão destacadas, então em Perus/Anhanguera na um, dois Pirituba/Jaraguá, e na três, Freguesia/Brasilândia. É bem interessante porque a gente pensa que é uma macro região e tem questões parecidas, elas são próximas, mas é bem contextualizada e diversificada a realidade e as reflexões que estão sendo levadas para as reuniões ordinárias. O primeiro momento do projeto foi uma etapa de mobilização que ela contou com quatro momentos. Inicialmente a gente fez um levantamento preliminar das realidades locais, a gente visitou essas três Subprefeituras e buscou mapear lideranças, grupos organizados, redes, conselhos, movimentos. Em um segundo momento, a gente passou a participar das reuniões ordinárias e extraordinárias daqueles três CADES regionais. E nesse movimento a gente fez uma campanha que a gente já chamou de Conselho em Ação. A gente percebeu existia um desconhecimento da comunidade, da população como um todo, do que era esse Conselho Regional, o que acontecia nele, quem poderia participar e para que ele servia de fato. Aí a gente montou três reuniões, três encontros preparatórios em cada uma dessas Subprefeituras para apresentar esse projeto. Em um segundo momento, a gente fez um curso de formação. É interessante até explicar para vocês que o projeto foi inscrito em 2009, mas ele começou apenas no meio do ano passado. Então a gente tinha previsto esse curso de formação para os conselheiros que teriam sido eleitos naquele momento, em 2009. Mas como ele começou apenas no meio do ano passado, a gente reestruturou o projeto de uma forma que a gente contemplasse os conselheiros que estavam no fim de gestão e também esses que estão sendo eleitos agora, nesse momento. E aí foi oferecido esse curso, foram trinta e duas horas de duração, foram seis encontros quinzenais foram 75 vagas, 25 em cada uma das Subprefeituras. E aí participaram conselheiros e representantes de coletivo socioambientais e da sociedade



civil. Por quê? Porque muito dos conselheiros não tinham uma perspectiva de dar continuidade ao seu trabalho em uma próxima gestão, e aí a gente achou mais interessante abrir para a sociedade civil. Isso foi muito interessante porque a gente conseguiu, nessas três turmas, 9 candidatos que concorreram, alguns já foram, inclusive, eleitos e que passaram para o processo de formação e que estão chegando bem mais contextualizado no que é ser um conselheiro, o que é representar, o que é a questão do desenvolvimento sustentável, o que é cultura de paz. Foram esses conteúdos que a gente trabalhou. A gente trabalhou a questão do CADES, as responsabilidades, as atribuições, o funcionamento, tanto do municipal quanto do regional. E aí uma questão que aparecia muito é: se o nosso não é deliberativo, por que a gente se reúne? Isso é uma coisa muito latente que vem nos Conselhos Regionais. E foi interessante eles perceberem a possibilidade de construir grupos de trabalhos e com quem fazer interlocução para dar encaminhamento a muito daquilo que eles vivem. Aí é questão da cidadania ambiental, da gestão compartilhada, diagnóstico socioambiental e políticas públicas de gestão e educação ambiental. Esses foram os grandes eixos temáticos que a gente trabalhou nesses seis encontros. Aqui são panoramas das atividades que a gente desenvolveu, porque foi muito interessante, os próprios Conselhos Regionais e os conselheiros, eles falam que eles sentem muita falta de uma formação mais técnica. O que eles trazem no seu dia a dia é muito subjetivo, é da vida, do que eles vivem. Então enquanto vocês estavam aqui, polemizando a questão das políticas públicas que estão sendo construídas, de como isso se dá em termos da municipalidade como um todo, eles trazem isso muito na vida deles. Então o que um parque linear vai mudar minha vida? O que isso vai influenciar no meu cotidiano, na minha família, no meu grupo com o qual me relaciono? E aí a gente construiu com eles um processo de diagnóstico partindo da eco percepção deles. A gente construiu um mapa mental em que eles trouxeram aquilo que chamava atenção deles no próprio território. A partir daí a gente fez um diálogo dessa subjetividade com o que já existia de processo cartográfico no município, principalmente o atlas ambiental, que é aquela foto. A partir daí a gente começou a sair daquela perspectiva de denúncia, que eles denunciavam muito aquilo que não estava positivo. Mas eles não viam caminhos de anunciar saídas, de como se eles organizarem enquanto um grupo para dar encaminhamento e mudar a vida deles. Que a gente trabalha nessa perspectiva da educação ambiental uma perspectiva de transformação, de transformação de sujeitos e de transformação desses sujeitos em um ambiente, no território que ele vive. Aqui é só um exemplo de um dos mapas que foi construídos, aqui é de Peru/Anhanguera, e aí tem um depoimento de um dos participantes. Que ele fala que a partir do exercício dos mapas, eu aprendi a identificar problemas ambientais que passavam despercebidos e que são comuns na nossa região. Esse entendimento é essencial, para construção de um plano de ação é preciso conhecer bem a realidade. Então eles falavam: *“Poxa, a gente, às vezes, está sugerindo tantas questões diferentes e a gente não tem um olhar mais amplo, um distanciamento, um olhar mais amplo para ver que aquela reivindicação minha, de repente, não é a prioridade daquele momento.”* E aqui tem questões colocam: pontos viciados de lixo, áreas de risco, questões de um criadouro de porco que existia lá. E foi muito interessante que a gente foi fazendo sempre um diálogo com a DGD norte 1, e coisas que eram mapeadas aqui já servia de elementos para eles pensarem em intervenção também. Nessa perspectiva de proposta de intervenção surgiram inúmeras, e foi muito interessante que a partir do momento que a gente fez estudos com eles do plano regional estratégico e do plano diretor, eles percebiam que muitas das coisas que eles tinham como expectativa, como sonhos, como pautas de lutas mesmo, já estavam previstas enquanto política pública e eles não sabiam que já existia



um canal e um caminho construído. Aqui, a gente só colocou três que surgiram, que está bem contextualizado no cotidiano deles e que eram coisas que eles, enquanto conselheiros, enquanto sociedade civil, podiam já estar contribuindo para os CADES regionais. Então eles falavam de ampliar o programa municipal de trilhas urbanas para a Serra da Cantareira, criando vivências para jovens em situação de vulnerabilidade. Que eles sentiam uma necessidade do quê? Daqueles jovens que estavam ali, eles serem, de fato, incluídos nas políticas públicas para... Eles falavam: *“Existem programas e projetos fantásticos, mas eu quero ver isso mudar no meu dia a dia.”* Aí surgiam depoimentos de famílias que, às vezes, participavam de lideranças, conheciam jovens que estavam envolvidos com a questão do narcotráfico e tudo mais, e falavam: *“Poxa, existe um caminho então, por que a gente não traz isso aqui para o nosso território?”* Aí a outra coisa era criar um centro de reciclagem do entulho para produção de blocos ecológicos, porque eles percebiam que a questão da moradia era bem problemática, porque eles estavam lá com muitas áreas de ocupação e que tinha o resíduo do lado. Então a gente buscava construir com eles essa questão do anúncio mesmo. Se essa situação existe, o que a gente pode lutar, o que a gente propor de diferente? Naquela perspectiva de construir grupo de trabalho, construir projetos. E havia, inclusive, uma expectativa de, nesse próximo edital que foi criado agora, de como a gente junto com eles conseguir fortalecer para que eles pudessem escrever projetos para responder aquilo que foi identificado no diagnóstico junto com eles. Aí a gente está em um momento agora, que é um momento de socialização, então estava previsto essa participação aqui, para apresentar, e uma série de outras atividades que vão acontecer até o meio do ano. Como eu disse para vocês, a gente reformulou, a princípio seriam nove encontros em cada uma das Subprefeituras, a gente realizou apenas seis no ano passado, e nesse ano estamos realizando as oficinas de socialização, disseminação que a gente chama. A gente está acompanhando o cronograma e a agenda das eleições dos Conselhos Regionais, para que possamos fazer interlocução direto com esses conselheiros eleitos. A oficina 1 é funcionamento atribuições dos Conselhos Regionais de meio ambiente. Oficina 2 é plano diretor e planos regionais estratégicos. Oficina 3, conceitos e implementação da Agenda 21. Até o fim de maio, vamos realizar um encontro ampliado, vamos também convidar vocês, fazer essa interlocução, vocês serão todos chamados. Que é um encontro de conselheiros, que a gente vai fazer um encontro desses conselheiros que estão participando da oficina, quanto aqueles que participaram do curso do ano passado. Inclusive para construir uma pauta comum da macro região norte 1. Porque como a gente trabalhou até agora em distritos e Subprefeituras, eles sentiram a falta de se organizar enquanto uma macro região maior. Aí, nesse material que vocês receberam, tem o blog do projeto, e aí fica o convite para vocês visitarem, porque tem uma série de materiais, desde os planos de atividades que a gente tem desenvolvido em cada um desses encontros e oficinas, os slides, textos. Enfim, uma série de materiais eco pedagógicos e de formação que de repente vocês podem achar interessantes, ou de disseminar e utilizar junto aos grupos que vocês atuam. E aí, para finalizar, tem o nosso contato. Nós somos três educadores envolvidos, o André e o Diego que está nesse momento em Pirituba fazendo mobilização, participando de umas reuniões com os candidatos, que terá as eleições agora, no dia 16, não é isso? Dia 16. Eu sou a Julia. O endereço do blog de novo. E falar para vocês assim, quando eu cheguei aqui, aí é um sentimento meu mesmo, quando eu cheguei aqui, eu fiquei apavorada, eu falei: *“Meu Deus, quanta gente importante com cara de sério, meu Deus, o que eu vou fazer ali na frente?”* E era um pouco do que a gente ouvia dos próprios conselheiros, dos encontros regionais, que eles falavam: *“Eu chego lá e eles falam coisas difíceis, eu não sei o que eles estão falando, eu me sinto acuado, não me sinto preparado para estar*



lá.” E aí foi muito interessante que o encontro que foi realizado, o terceiro encontro de conselhos, que foi realizado aqui na UMAPAZ, os participantes que estavam com a gente, ou conselheiros, ou que se candidataram, eles saíram daqui revigorados, eles falaram: *“Poxa, de fato, eu posso contribuir, eu posso fazer diferente, eu posso ser ouvido e eu tenho espaço.”* E aí eu acho que o grande desafio que fica é o como fazer essa interlocução cada vez mais próximo do Conselho Municipal com os Conselhos Regionais. É isso, gente. Obrigada.

Coordenadora Helena Magozo: Eu queria agradecer a Julia, ao Instituto Paulo freire, a Sônia que é da comissão de acompanhamento do projeto, que está aqui com a gente. E haverá um evento, eles estão convidando, eu acho talvez mais produtivo passar para vocês por e-mail, dia 16, não é? Que dia vai ser o evento que você falou? Isso. Bom, então eu passo para vocês e a gente tem uma forma melhor de se organizar. Pois não.

Julia Tomchinsky: Só pedir desculpa, dizer que para a gente, enquanto Instituto Paulo Freire, foi uma experiência muito interessante. Porque esse formato como são trabalhados os projetos do FEMA, existe essa comissão de acompanhamento técnico, que ela não é só uma fiscalização, ela é parceira. E todo esse movimento que foi feito de articulação com as Subprefeituras, inclusive para eles serem parceiros nesse processo de mobilização, foi essencial. A gente aprendeu demais com a própria comissão de acompanhamento técnico, inclusive hoje. Então quando eu cheguei e fiquei um pouco acuada, aí eu fiquei lembrando a questão do diálogo, da emancipação, tudo aquilo que o Paulo Freire nos ensina e que cada um de nós, no espaço que ocupa, tem muito a contribuir.

Cons. Sueli: Bom dia a todos. Na verdade, é uma despedida breve. Hoje é o meu último dia de participação aqui, eu trago uma solicitação do Conselho Regional da Subprefeitura de São Mateus, pretendo continuar lá enquanto conselheira e acredito muito que meu espaço lá mesmo, junto com as bases, junto com o povo, para realmente provocar mudanças. De que... Senhor Secretário, infelizmente o Vereador já foi, nós constituímos um grupo de trabalho dentro do Conselho Regional para discutir essa lei que determinou que o subprefeito fosse o presidente dos Conselhos Regionais. Desde o início dessa mudança, nós não tivemos mais a representação do subprefeito da nossa região, não sei se nas outras é assim. Falo em nosso nome, de que isso não está funcionando e que está desarticulando as poucas pessoas da sociedade civil que estão tentando fazer alguma coisa na região. Digo por experiência própria e por dezenas de encaminhamentos que nós, os demais tem feito junto à Subprefeitura, e tendo sido ignorado constantemente. O Conselho Regional da Subprefeitura de São Mateus, hoje, não sabe o que acontece no seu espaço geográfico, cada um dentro da Subprefeitura cuida das suas coisas e o conselho simplesmente não sabe de nada. Então nós estamos trazendo, e eu gostaria muito que ficasse registrado isso na Ata, que o Conselho Regional de São Mateus vai trabalhar arduamente para que isso se mude. É difícil? Lógico que é, mas não é impossível e a gente vai começar a fazendo a nossa parte. O Conselho Regional, tendo como presidente o subprefeito, é melhor ele não existir, porque ele não existe. O poder público... O subprefeito não deixa a sociedade civil, não participa junto com a sociedade civil e nem delega a uma pessoa que possa responder pelo Conselho. Então nós estamos largados e falo tão somente em nome da Subprefeitura de São Mateus. Nós somos ignorados dentro da Subprefeitura de São Mateus. E nós queremos respeito porque trabalhamos voluntariamente ajudando a construir políticas públicas para a cidade. Obrigada.



Cons. Maria José: Bom dia a todos. Eu também estou me despedindo no dia de hoje. Eu gostaria de agradecer a todos os conselheiros que estiveram comigo nessa gestão, agradecer especialmente a Mary Lobas, Helena Magozo e ao próprio Secretário, a toda dedicação e empenho que sempre tiveram. E surgiu uma dúvida, como eu participei da Comissão Especial de Resíduos e vários conselheiros aqui também, e alguns estão se despedindo também, saber o que vai acontecer com esta comissão e o trabalho que nós fizemos até hoje, se vai se apresentado, se vai ser apresentado por nós ou não mais com a nossa participação? Ou seja, saber um pouquinho mais a respeito. Por favor, obrigada.

Coordenadora Helena Magozo: A comissão de resíduos não chegou a um relatório final, está em elaboração, vocês sabem o que é escrever um relatório com muitas cabeças e muitas mãos. O que nós acordamos é o seguinte: vocês não sendo mais conselheiros se manterão, sim, porque vocês participaram ativamente, se manterão enquanto convidados, que é uma condição que a comissão prevê, isso reiterado por quem se mantiver como conselheiro. E prevê-se essa apresentação em abril. No momento da posse, se houver interesse de algum novo conselheiro de participar dessa comissão, ele se incorpora neste momento, lógico que houve um trabalho intenso, de alguns meses, para essa comissão. Então a previsão Maria José, é que em abril seja apresentada, aqui no CADES, com os novos conselheiros, mas com a inclusão de quem participou e trabalhou nisso.

Cons. Maria José: Mas até lá haverá reuniões e nós participaremos das reuniões?

Coordenadora Helena Magozo: Já estão acontecendo as reuniões de redação, você não está no grupo da redação. Daí chama-se todo o grupo para avaliar o relatório da comissão. O grupo de redação já está trabalhando ativamente. Assim, acontecerá em outras câmeras técnicas e outros processos que estão em andamento. Certo, gente? Rose, por favor?

Cons. Rose Inojosa: Só uma observação para constar em Ata, de que eu faço parte também de Conselho Regional e não é uma regra geral. Então há conselhos que o subprefeito participa ativamente e inclusive a gente escolhe um subcoordenador do conselho, que é da sociedade civil. Acho que é importante a gente deixar isso consignado.

Sonia Joana Jabour Salomão: Eu acho que o que você falou é muito sério, dessa separação que ainda existe entre a representatividade do poder público e da sociedade civil. Então existe uma diversidade de posturas nessa cidade em função ainda da necessidade de um diálogo. E com a entrada desse projeto do Instituto Paulo Freire, lá na região norte, a gente percebe que essa iniciativa é muito mais até uma forma de se construir esse diálogo. E quem fala muito bem isso, na sua própria atitude, é o próprio subprefeito, ou o chefe de gabinete nas visitas que nós fizemos. Então eu acho que é assim, nós precisamos procurar o diálogo entre a representatividade do poder público junto à sociedade civil. Senão, nós nunca vamos sair do ponto que nós estamos ainda, dessa dificuldade em estar resolvendo as questões no seu território. É muito importante perceber que pela iniciativa, pela necessidade que surgiu, se fez no FEMA um projeto como esse e ele está dando um resultado, dele ser avaliado sim, dele ser percebido até mesmo para a gente poder estar aprimorando isso nas outras regiões. Porque se não nós vamos ficar tirando atores, ao invés de fazer as complementariedades necessárias



desses atores na região. Acho que, antes de poder público e sociedade civil, eu que trabalhei durante muito tempo com a Agenda 21, tenho que lembrar que as mudanças só acontecem através das iniciativas das pessoas, das pessoas que moram no território, elas precisam, precisam de dados, precisam de informações para que elas possam estar, tanto indo atrás de seus anseios como buscando esse diálogo. E diminuindo um pouco essa ansiedade de estar transformando as coisas de uma forma avassaladora, que não vai acontecer mesmo. Então a gente vive muito na emergência das coisas. Está na hora de a gente criar o diálogo, para poder buscar um caminho mais firme para essas mudanças. E eu acho que o trabalho que está acontecendo hoje, lá na zona norte, está mostrando isso, porque é um anseio tanto da representatividade do poder público quanto da sociedade civil.

Secretário Eduardo Jorge: Eu acabei de vir quarta-feira, da festa de um ano do Parque das Águas, lá no fim de São Paulo, fronteira com Poá e Ferraz. Então é um parque lindo, muito bonito. E lá estava associações das mais variadas, pessoal do padre, da Saúde da Família em peso, gente da Secretaria Municipal da Educação, da Secretaria De Segurança e o subprefeito lá. E representantes do Conselho Regional estavam em grande número, já conversando com o subprefeito marcando reuniões e cobrando coisas dele. Essa avaliação, Sueli, é variado, nós temos 31 Subprefeituras, alguns subprefeitos são mais abertos, outros são menos abertos. Mas essa proposta do Conselho Regional de Meio Ambiente Desenvolvimento Sustentável foi pensada e mandada para a Câmara, e aprovada, com dois objetivos. Objetivo número um, mais simples, começar a ter gente cada vez mais interessada, organizada e associações populares preocupadas com o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável em toda a cidade, não só em alguns locais, que a gente tem gente muito muito preparada, mas lá em São Mateus, na cidade Tiradentes, Itaim, etc. Essa é a primeira finalidade. Ter gente preocupada com o meio ambiente e organizada, falando com o governo, participando junto com o governo na cidade inteira. Isso já tem dado bons resultados, para você ter votações com trezentos, quatrocentos, mil, duas mil pessoas que vão votar, para eleger um conselho, para poder participar e falar sobre desenvolvimento sustentável pela cidade a fora, como tem sido, mostra como isso é uma coisa acertada. E que vai enraizando a questão ambiental pela cidade inteira, não mais só no centro da cidade como era antigamente, ponto um. Ponto dois, é que a gente vai ter o conselho de representantes eleitos um dia, dividindo o poder com a Câmara Municipal. Essa é uma questão muito séria do poder político, não é fácil, não é de graça que até hoje não saiu do papel. Tanto no executivo como no legislativo, como avaliações no judiciário. E essa questão essencial para democracia representativa e participativa na cidade está travada. Essa nossa iniciativa foi uma forma de destravar na prática essa questão, como diz o Brizola, margeando... vamos por um caminho paralelo, enquanto a questão jurídica, administrativa e legislativa não se resolve em relação ao conselho representante que vai ser eleito e vai dividir o poder com o executivo e com o legislativo. Não é fácil. Eu não conheço que seja fácil dividir poder em canto nenhum. Esse é o segundo objetivo. Para esse segundo objetivo, o fortalecimento da Subprefeitura, da pessoa do subprefeito que um dia eventualmente pode até chegar a ser eleito pela Subprefeitura que é uma cidade, cidade Tiradentes é uma cidade que tem trezentos mil habitantes, é fundamental. Então pode parecer mais fácil escanteiar o subprefeito, fazer um gueto de pessoas preocupadas com meio ambiente, que somos nós mesmo, e ficaremos lá com aquela corporação gerando ideias e cobranças, e cobranças e denúncias. E você não vai transformando por dentro a Subprefeitura, preparando também a Subprefeitura para um dia, quando houver um conselho de representantes, para um dia quando houver uma eleição (incompreensível) ou do



próprio subprefeito. Então essa é o segundo objetivo que a Lei tinha em mente quando foi mandada para a Câmara e foi aprovada. Primeiro, ter já grupos ligados ao meio ambiente, espalhados pela cidade inteira, que é a descentralização do nosso conselho. Eu lembro que na saúde, quando a gente tinha o Conselho Municipal, foi o primeiro Conselho Municipal do Brasil, quando a gente começou a criar os conselhos, as unidades de base dos distritos, o conselho não queria, não queria. Porque ele achava que aquilo ali ia diminuir o poder dele. Como que uma pessoa, que não está tão preparada quanto eu, vai falar sobre a saúde lá em São Mateus? Então o primeiro objetivo é esse: descentralizar o próprio conselho nosso, aqui, e enraizar pela cidade inteira. Segundo objetivo é caminhar na direção do Conselho Regional e no fortalecimento da Subprefeitura, da descentralização das cidades. Então por isso não é correto, eu acho, tirar o subprefeito dessa jogada. Você tem que convencê-lo, como disse a Sônia, envolvê-lo, articular, cobrar mais dele. São 21. Às vezes não é um bom subprefeito, o que vou fazer? Então eu insisto nisso. Agora, de toda a forma, a gente tem aqui dois... como o conselho aqui é bom, é ampla essa representação, a sua afirmação deve fazer dois ecos pelo menos. Eco um, aqui tem um representante dos subprefeitos. Como é o seu nome? É o Claudio. O Claudio representa o Secretário Ronaldo. O Ronaldo é o secretário-chefe de todos os subprefeitos. Então a sua queixa deve, através do Claudio, chegar ao Ronaldo. E o Claudio deve trazer alguma resposta para a gente em uma reunião posterior, que está acontecendo isso em São Mateus. Eco dois, o Natalino esteve aqui, porque tem mais trabalho lá, mas ele deixou um assessor dele que está ali, que é de confiança dele, é o Sérgio. Então o Sérgio também deve recolher o eco da sua afirmação e começar a discutir, lá no conselho do meio ambiente da Câmara se ela tem razão, se isso aí pode mudar, pode ser aperfeiçoado. Então eu acho que essas nossas colocações, em um conselho amplo como esse, sempre tem seu desdobramento, têm pessoas responsáveis. Então o Claudio e o Sérgio devem ter ouvido o que a Sueli falou.

Cons. Sueli: Só um complemento, Secretário. Eu fui bastante enfática, porque o recado veio dos conselheiros da Subprefeitura de São Mateus. Sou sempre a favor do diálogo, mas é que com o coronel realmente está muito difícil conversar. E em um primeiro momento, o documento vai ser encaminhado ao secretário sim, que responde pelos subprefeitos. E aí, não tendo encaminhamento partiremos para a questão da legislação. Eu entendi perfeitamente tudo que você disse, se é louvável a ideia, a gente está lá, no fundão, tentando fazer isso mesmo, mostrar para as pessoas: *“Olha, estamos aqui, vamos sentar, vamos conversar, vamos consertar isso daqui. Vamos arrumar o nosso pedaço, dar uma cara melhor.”* A ideia é sempre essa, mas quando você chega junto ao poder público é muito complicado. A sociedade civil é ansiosa por excelência, ela quer tudo para ontem. Quando a gente passa a conviver um pouquinho aqui a gente percebe que não é para ontem, nem para amanhã, talvez para daqui um ano, dois anos, três anos. Isso é um exercício como disse a Sônia, a gente vai aprendendo devagarinho. Vou citar um exemplo em relação, que eu particularmente considero uma grande conquista para São Mateus, que é o Parque Nebulosa, que foi a briga por crédito de carbono. E foi uma grande briga desde o dia do leilão, e a gente brigando, tem que ir para o Parque Nebulosa, tem que ir para o Parque Nebulosa. Hoje a obra se encontra em estado bem avançado. Eu independente de estar no CADE central, eu sou uma cidadã e exerço a minha cidadania, que é participar e acompanhar, e acompanho semanalmente as obras do parque, que a gente entende como um bem público, que a gente vai cuidar. Então a necessidade, Sônia, do cidadão comum, povo que mora lá no fundão mesmo, entender que essa participação, sim, pode ser um instrumento de transformação na cidade, talvez isso precise... nós, que já tenhamos



participado aqui, pudéssemos levar isso lá, mostrar lá, para minha vizinha, e dizer que a gente realmente pode provocar mudança, sim, na cidade. É lento? Lógico que é lento, mas a gente consegue. E eu, particularmente, gostaria de agradecer esse aprendizado nesses dois anos. Paro de vir aqui, mas continuo praticando a minha cidadania na minha região. Obrigada.

Cons. Cristina Antunes: É a questão que eu queria colocar, eu estou com os dois técnicos aqui, assistiram a reunião inteira. É o seguinte: até com esse mote da participação, assim como foi relatado, a gente sabe das dificuldades de relacionamento poder público, mas o nosso papel é realmente provocar essa articulação. Nós temos tido mais sorte, mas participação concedida, aprendi isso na academia, no meu doutorado. Participação concedida é frágil e manipulável. A gente tem que conquistar a participação com atitude diária, atitude cotidiana de colaboração com entre todos os segmentos da sociedade. Isso que nós trouxemos aqui, hoje, eu quero aproveitar esse final de reunião, é mais um alerta do que uma denúncia, Secretário. Nós estamos andando para trás na política de resíduos sólidos, aqui na cidade. Desde a contratação dessa nova empresa que veio com grandes promessas, nós só temos tido retrocessos na gestão dos resíduos sólidos. E não é só na nossa região, porque eles assumiram todos os ecos pontos da cidade. Embora a limpeza, a varrição pareça estar muito melhor. A questão do aproveitamento da destinação dos resíduos está andando para trás. Os ecos pontos estão à míngua, o contrato que foi lavrado com a SIURB exige somente que eles recebam material, retirem o material e depositem nos aterros. Então nós não estamos cumprindo nem objetivo original dos ecos pontos, que era fazer uma separação e uma destinação adequada, envolvendo as cooperativas. E com objetivo final, que é do nosso projeto, do FEMA, nesse momento também, de alívio dos aterros, reaproveitamento de materiais, organização dos ecos pontos. E na outra ponta, alívio dos aterros. O que está acontecendo paralelamente a isso, para termos uma visão mais geral, eu vou pedir para que a Patrícia fale, que é a questão da Política Nacional dos Resíduos Sólidos, que está sendo descumprida em São Paulo, nessa gestão dos ecos pontos, e que está distribuindo todo o avanço que aconteceu desde a criação dos ecos pontos. Então eu peço que a Patrícia fale em dois minutos...

(fala sem microfone)

Cons. Cristina Antunes: Isso. É porque foi desmembrado, mas enfim, a LIMPURB é a gestora, mas o contrato foi feito pela Secretaria...

Secretário Eduardo Jorge: De Serviços.

Cons. Cristina Antunes: De serviços. Desculpe. Patrícia, você pode falar ...

Secretário Eduardo Jorge: A Secretaria de Serviços está aqui ainda? Então aqui, já temos a pessoa certa...

Cons. Cristina Antunes: Ótimo. E nós temos discutidos isso aqui, já discutimos, tem essa comissão que está tratando dos resíduos. A leitura que a gente tem, eu não participo dessa Câmara Técnica, mas a leitura que a gente tem é que está tendo o retrocesso gravíssimo, porque isso gera uma desaprendizagem da população.

Patrícia: Eu acho que ela já disse quase tudo, eu não posso me empolgar, porque quem me conhece já sabe. (falha no áudio) falar essa altura porque já tem gente com a



barriga roncando aqui do lado, de fome. Eu sou Patrícia, eu sou bióloga (falha no áudio) o embrião da política nacional (falha no áudio). A gente está dando um suporte técnico que ajudou a conceder esse projeto do FEMA, que foi aprovado. (falha no áudio), outras associações, outros parceiros da região de Santo Amaro. Então a gente está desenvolvendo (falha no áudio) será que dá tempo? Muito rapidamente (falha no áudio) Então a gente está desenvolvendo um projeto de compostagem nesse Ecoponto da (falha no áudio). A gente tem tido mais contato um pouco coma dinâmica da Ecoponto, a gente imaginava que os resíduos fossem destinados para os ecos pontos, já tem um eco na história, então TEM alguma coisa ecológica envolvida. Mas o que acontece que chega tudo e sai tudo praticamente junto, inclusive os recicláveis vão para o aterro (incompreensível) entulho e tudo mais. Alguém aqui é usuário de Ecoponto? Leva os seus resíduos lá? Então, é uma área muito especial, tem containers para recicláveis, tem caçambas para entulho, tinha umas baias para se organizar minimamente materiais para cirurgia e uso, madeiras etc., pneu, mas não está bem assim. O nosso foco nesse projeto FEMA é essa porção do resíduo vegetal de jardim, a ideia é processar (incompreensível) que vá para o aterro. Então a gente trabalha mais ou menos com umas duas baias dessa por semana, o projeto está no início porque demorou a instalar energia elétrica para trituradores, então está meio no início. A gente pega esse material que está na baia e o que chega ao longo do dia. Então chega peruinhas com diversos resíduos, a ideia é que esse projeto (falha no áudio) para resíduo de nós moradores, munícipes, não de empresas, mas acontece muito de empresas ainda descarregarem no Ecoponto quantidades superiores ao que é permitido. Isso precisa ser revisto um pouco. Mas a gente pega esse material vegetal, trituramos, isso foi uma aquisição do projeto, todo mundo que vai no Ecoponto e vê isso fica fascinado: “*Nossa, que simples, que interessante!*” (falha no áudio) Então a gente está trabalhando com esse material. A gente começou fazendo pequenas leiras, depois se alguém quiser mais informação sobre isso, a gente tem bastante, a gente pode até depois vir e discutir com a comissão de resíduos se vocês quiserem. E a gente (incompreensível) decomposição, como compostagem (incompreensível) a gente revira esse material para oxigenar, então para deixar claro se isso já não é claro para todo mundo. Não tem nenhum odor ruim, não atrai rato, mosca, barata, um processo super limpo, a gente desenvolve isso em escolas, em creches, fez isso em até hospital. (falha no áudio) esse material para acelerar a decomposição. Essa última imagem já está (incompreensível), a ideia é chegar... o espaço comporta uma sete leiras dessas mais ou menos, vão ter ao todo cinco metros de comprimento. E colocando material pendurado, ela comporta inicialmente quase que meia tonelada de resíduos. Claro que com o processo de decomposição você vai perdendo água, então vai diminuir muito em peso e vai murchar muito. Então durante o processo, a gente acaba juntando uma leira com a outra, para otimizar o uso dos espaços. E claro, a ideia nossa, não é simplesmente aliviar a quantidade de material que vai para o aterro, mas é realmente desconstruir esse mito que a gente tem com relação a tratamento de resíduo orgânico, porque é orgânico também. A gente usa mal o termo orgânico. (incompreensível) de cozinha. Mas as pessoas tendem achar: “*Ah, se eu juntar grama, poda, resíduo assim no jardim vai atrair escorpião, aranha, é sempre uma coisa meio perigosa.*” Por isso que muita gente ainda pega e ateia fogo nesses resíduos. A ideia é fundamentalmente educativa. A gente tem trazido grupos para (incompreensível) falar disso. (falha no áudio) A ideia é também... A gente tem recebido escolas, a gente vai até em escolas falar sobre isso, para motivar inclusive as escolas a também compostarem parte dos seus próprios resíduos. E isso, claro, tem, convergem completamente com a proposta da nossa Política Nacional de Resíduos, que agora tem um plano. Esse Plano Nacional de Resíduos só determina, dentre várias outros metas, a redução de resíduos



orgânicos em aterros. No caso região sudeste, para 2015, no plano de metas favorável, a ideia era reduzir em 70% quantidade de resíduos que chega no aterro, porque, afinal, não é lixo (falha no áudio). Em um plano mais ou menos intermediário, 40% (incompreensível) E no plano mais desfavorável, o cenário mais sombrio, 30%. Quer dizer, já é bastante. Então a gente não tem sentido muito os ecos pontos trabalhando nessa direção. O plano também, eu acho que óbvio para muita gente aqui, mas o Plano Nacional de Resíduos determina que os municípios ele tem os seus planos municipais. Então, quer dizer, de que forma a gente vai... a gente vê o Ecoponto como uma... não um instrumento, mas um local onde se poderia ver bem isso. Olha que interessante olhar para um resíduo ali, ele vai ter realmente ter toda uma classificação para se diminuir o que está indo para o aterro. Eu tenho um prazo para isso. E não é bem o que acontece, os resíduos são destinados, é uma mistura muito grande, tem uma certa orientação para os funcionários que depositem pelo menos uma parte dos resíduos vegetal em uma baía que determinou. Mas acaba indo tudo junto, então tem resíduo vegetal, tem resíduo reciclável no meio, tem lâmpada fluorescente. E isso daí, chega um trator, uma pá, carrega tudo isso para cima do caminhão, leva para o aterro. Isso aqui só para mostrar, a gente tem pequenas disputas territoriais, mas é um detalhe, porque a gente tem um projeto aprovado pelo FEMA, sério, com recursos públicos, e muitas vezes a gente tem que brigar um pouquinho para não atropelarem a nossa baía. Então o caminhão chega bem pertinho... Então eu acho que não está muito claro a importância, para a empresa contratada, a importância desse projeto. A gente ainda recebe lâmpada fluorescente. Então a gente até brinca assim, o Ecoponto está virando uma eco interrogação, para que serve essa área? Porque lâmpada fluorescente é um resíduo perigoso, na hora que chega o trator para carregar, maçaroca tudo isso, quebra, e (incompreensível) mercúrio, aquela poeira toda se espalhando pelo Ecoponto. A gente queria entender melhor como esse trabalho desse Ecoponto, como essa empresa, não importa qual, vai caminhar no sentido de, de fato, a Política Nacional, Estadual propõe para (incompreensível).

Cons. Cristina Antunes: Na verdade, nosso Ecoponto está funcionando, eu falo isso (incompreensível) Secretaria, como uma estação de transbordo. O nosso Ecoponto já foi exemplar dentro da cidade, as baias eram realmente organizadas, os volumes eram razoavelmente controlados, os volumes que chegaram. Hoje chega qualquer coisa, chega (incompreensível) como aquela, o limite é um metro cúbico. A gente quer inclusive que se mude essa unidade para peso, porque quando eles chegam no aterro, é por peso que eles (incompreensível). Nós temos (incompreensível) os nossos eventos, lá na Ecoponto, dois dias antes é um mutirão para limpar, porque não tem nem onde andar no Ecoponto desse tamanho, porque é uma montanha de lixo sem separação nenhuma, sem requalificação e sem aproveitamento. Porque o que antes ia para as cooperativas, também vai para o Ecoponto. O que antes ia para (incompreensível), lá na (incompreensível) Prefeitura, também vai para o Ecoponto. Quer dizer, nós pioramos, nós andamos para trás. E a argumentação deles é: “O *nosso contrato é assim.*” E é, o contrato deles é assim. O funcionário não tem autorização para separar material na chegada, e eles se valem disso para não atender de outro jeito, não voltar o que a gente tinha há um ano, um ano e pouco. Que era um funcionamento exemplar e com a qualidade ambiental. Hoje não seguíamos nem o que a gente tinha, que não era o suficiente, porque (incompreensível) de reciclagem de entulho que é um absurdo, em uma cidade como São Paulo. Mas o pior, não só entulho está indo para o aterro, como todos (incompreensível). Inclusive armários inteiros, que poderiam ser aproveitados pelas Subprefeituras, para entidades, móveis, geladeiras, fogão, as lâmpadas que não poderiam ir lá, tinta. Tem de tudo. Virou casa de mãe



Joana. Nós fizemos reunião com a LIMPURB há uns dez dias, os representantes da SOMA estavam lá, e eles alegam assim: “A área a nossa, a concessão nos concedeu a área.” O que coloca em risco, de alguma forma, eu até queria que acontecesse a briga, porque eles dizem: “Ah, esse projeto está atrapalhando a gente.” O nosso projeto está atrapalhando a operação deles. E eles até cogitaram de sair do nosso Ecoponto, que é tudo que eu peço a Deus. Se eles saírem, voltam para a Subprefeitura, e a gente volta a ter qualidade na gestão desse Ecoponto. Então isso daqui é mais do que uma denúncia, é um alerta, porque isso está acontecendo na nossa, onde tem comunidade organizadas, onde a gente está de olho em tudo o que acontece, que dirá nos Ecopontos que não tem esse tipo de acompanhamento.

Cons. Ângelo Iervolino: Olha, eu nunca imaginei, com a minha idade, que um dia eu ia ter de falar isso. No sábado, uma outra pessoa, esteve lá apresentando o edital do FEMA. E depois disso, eu li atentadamente e fiquei muito preocupado na primeira parte, onde a questão da educação ambiental para ensinar munícipe a como separar corretamente os materiais recicláveis. Portanto, o que está acontecendo? O pessoal está separando, são poucos os lugares que tem coleta porta a porta, inclusive quem fazia coleta porta a porta, as próprias centrais de triagem oficiais, estão deixando de fazer porque elas não tem mais condições pela quantidade de material que ela recebe da concessionária. E ainda compactado. Eu acho o seguinte, o que adianta a gente ensinar a pessoa a fazer e depois não vai ter continuidade? Um tempo atrás, (incompreensível) da Secretaria de Serviços, que mexia com isso, por que a cidade de São Paulo não fazia uma campanha em massa, rádio, televisões, jornais, a respeito da coleta seletiva. A resposta foi o seguinte. Nós não fazemos porque não temos condições de coletar. Então eu fiquei muito preocupado na questão... porque envolve (incompreensível) público, e se foi feito projeto em locais que tenham esse recurso, para (incompreensível) o porta a porta. Mas eu acho que, pelo menos, 60, 70% de São Paulo ainda não tem... E os catadores infelizmente só pegam, esses catadores não organizados, só pegam o que lhe interessa, o resto deixa que cada um vai para o aterro. Obrigado.

Aruntho Savastano: De fato o que a senhora me traz não é denúncia, (incompreensível). Porque não é esta a orientação da Secretaria, na administração dos Ecopontos, das centrais de triagem. Nós cumprimos a legislação, evidentemente (incompreensível) essa legislação, esse tipo de (incompreensível), a mistura inadequada de resíduos. Aí, nessas fotos, (incompreensível) compostados, como mostrou a Patrícia. (incompreensível) estas irregularidades. A Secretaria tem trabalhado insistentemente na busca do cumprimento da legislação e na fiscalização das contratadas, para que cumpra a legislação nos termos dos contratos firmados com a Secretaria. São duas coisas distintas, centrais de triagem e as áreas, que são essas áreas aonde a gente recebe os resíduos e promove, lá, a sua separação e a sua preparação para a reciclagem, e os Ecopontos. Nós, como eu falei, neste trabalho incessante, incansável para a implantação de novos pontos, previmos um novo contrato de varrição que começou em 16 de dezembro, portanto, exatamente cem dias, hoje está completando cem dias, é um projeto muito recente. Mas é previsto que se implantem mil e quinhentos novos Ecopontos. A previsão anterior era de instalação de mil pontos, nós aumentamos esta previsão inicial em 50%, cumprimos essa meta de projeto, como vimos cumprindo todos os outros aspectos do contrato recém-implantado. E quanto aos Ecopontos, as centrais de triagem, nós estamos em um processo de implantação de quatro centrais. Agora, uma já em processo de implantação, três na fase final, de aprovação. Temos sete em fase de aprovação, na



fase inicial de aprovação, e outras quatro previstas para implantação ainda até o final desse ano em terreno de propriedade da nossa Secretaria mesmo, de uso da nossa Secretaria. Então, eu agradeço a sua contribuição. De fato vem ao encontro dos nossos esforços e dos nossos interesses de coibir esta prática de ilegalidade, mistura de resíduos de forma inadequada. Tenho certeza que nós estamos trabalhando bastante para colocar esta situação em bons termos e fazer com que os nossos contratados cumpram legislação e trabalhe corretamente.

Cons. Cristina Antunes: Muito obrigada.

Secretário Eduardo Jorge: Agora já são meio-dia e vinte e cinco. Então ultrapassamos em vinte e cinco minutos a norma nossa, por causa da importância da nossa questão. Não vai ser aprofundado hoje. Isso aí merece uma discussão do Conselho, só sobre o Plano Municipal, previsto na Lei Federal, esses problemas específicos. Então isso, com representantes da Secretaria de Serviço, nós vamos acertar para o próximo Conselho. Mas a gente já recebeu uma informação importante, que ele já vai levar e tentar esclarecer. Então eu queria pedir permissão, encerrar a reunião realmente. Agradecer realmente a todos os conselheiros que trabalharam conosco, os que continuam trabalhando muito bem. E esperamos juntos outra vez, agora, sexta-feira, na posse. Muito obrigado.

Eduardo Jorge Martins Alves Sobrinho

Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente
e Presidente do Conselho Municipal do Meio Ambiente e
Desenvolvimento Sustentável - CADES

Conselheiros Presentes:

ARUNTHO SAVASTANO NETO	MARCOS MOLITERNO
CARLOS ROBERTO FORTNER	MARIA JOSÉ RIBEIRO DEVESA DA SILVA
CINTHIA MASUMOTO	PAULO ALBERTO FELIPE MAIA
CLAUDIO DE CAMPOS	PEDRO LUIZ DE CASTRO ALGODOAL
CRISTINA ANTUNES	PEDRO LUIZ FERREIRA DA FONSECA
E. EMIRENE NOGUEIRA	REGINA LUISA F. DE BARROS
EDUARDO STOROPOLI	ROS MARI ZENHA
FRANCISCO CALHEIROS R. FERREIRA	ROSE MARIE INOJOSA
GEORGE DOI	ROSÉLIA MIKIE IKEDA
GILBERTO TANOS NATALINI	SUELI RODRIGUES
GIOVANNI PALERMO	WALTER PIRES
HAROLDO DE BARROS FERREIRA PINTO	YARA TOLEDO
JOSÉ CARLOS ANDERSEN	

Conselheiros com justificativa de ausência:

MAURÍCIO GUILHER SIMÃO / PÉROLA BROCANELI

Conselheiros Suplentes presentes:

MARINA MERUSSI NEIVA / MARCELO BRUNI / BEATRIZ FABREGUES / GILSON GUIMARÃES DOS SANTOS

Coordenadora Geral: HELENA MARIA DE CAMPOS MAGOZO